

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIENCIAS HUMANAS
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA DE TURISMO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Felipe Resende Ribeiro de Oliveira

Governança e estruturação de rota de peregrinação: análise da viabilidade de
uma instância organizadora para o Caminho de Manoelina (MG)

Juiz de Fora

2026

Felipe Resende Ribeiro de Oliveira

Governança e estruturação de rota de peregrinação: análise da viabilidade de uma instância organizadora para o Caminho de Manoelina (MG)

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gestão Pública de Turismo e Desenvolvimento Regional. Área de concentração: Turismo.

Orientador: Prof. Dr. Altair Sancho Pivoto dos Santos

Juiz de Fora

2026

Oliveira, Felipe Resende Ribeiro de Oliveira.

Governança e estruturação de rota de peregrinação: análise da viabilidade de uma instância organizadora para o Caminho de Manoelina (MG) / Felipe Resende Ribeiro de Oliveira Oliveira. -- 2026.

68 f. : il.

Orientador: Altair Sancho Pivoto dos Santos Santos

Trabalho de Conclusão de Curso (especialização) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Especialização em Gestão Pública de Turismo e Desenvolvimento Regional, 2026.

1. Rotas de peregrinação. 2. Governança territorial. 3. Instância organizadora. 4. Turismo religioso. 5. Desenvolvimento local. I. Santos, Altair Sancho Pivoto dos Santos, orient. II. Título.

Felipe Resende Ribeiro de Oliveira

Título: Governança e estruturação de rota de peregrinação: análise da viabilidade de uma instância organizadora para o Caminho de Manoelina (MG)

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gestão Pública de Turismo e Desenvolvimento Regional. Área de concentração: Turismo.

Aprovada em (dia) de (mês) de (ano)

BANCA EXAMINADORA

Titulação Nome e Sobrenome - Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora

Titulação Nome e Sobrenome
Instituição

Titulação Nome e Sobrenome
Instituição

Dedico este trabalho a todos que caminham pelo Caminho de Manoelina e aos que vivem nas comunidades por onde ele passa. Que cada passo leve consigo a paz das paisagens, a força da história, a fé que move os peregrinos e a beleza da natureza. Que a água da cachoeira refresque o corpo no caminho e que a água de Manoelina renove a esperança no coração – para quem caminha e para quem acolhe.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, à Manoelina e a todos que, de alguma forma, caminharam comigo até a realização deste trabalho.

Ao professor orientador Altair Santos Pivoto dos Santos, pela atenção, pelas orientações e pelo incentivo ao longo desta jornada acadêmica, estendendo-se também aos professores da banca, Mariana Pereira Chaves Pimentel e Diego Uiliano.

Ao grupo Governança de Manoelina, pelo compromisso com a construção e o fortalecimento deste caminho que une história, cultura, natureza e fé.

Meu agradecimento especial aos caminhantes da primeira expedição em 2025, cujos passos ajudaram a dar vida ao Caminho de Manoelina e mostraram, na prática, o sentido do peregrinar.

Aos municípios e gestores públicos que acreditam no potencial deste projeto e que, com visão e apoio, ajudam a transformar o caminho em oportunidade de desenvolvimento para as comunidades

À minha família, pelo apoio, pela paciência e pela compreensão nas muitas horas em que estive debruçado sobre este trabalho.

Que este projeto siga seu curso como a água que corre pelas cachoeiras do caminho – levando frescor, esperança e novos encontros para que caminha e para quem acolhe.

“Ainda que dois lugares possam ter os mesmos ingredientes, a disposição de suas formas pela comunidade produz algo necessariamente diferente. É quando a ordem dos fatores altera o produto. Homem apaixonado pelo meio cria a alma do lugar” (Yázigi, 2001, p. 45)

RESUMO

O presente trabalho analisa o processo de estruturação do Caminho de Manoelina, iniciativa de turismo histórico-religioso em desenvolvimento na região dos municípios de Entre Rios de Minas, Desterro de Entre Rios, Piedade dos Gerais e Crucilândia, em Minas Gerais. Inspirado na memória e na devoção popular em torno de Manoelina Maria de Jesus, o percurso propõe a criação de uma rota de peregrinação com aproximadamente 75 quilômetros, a ser percorrida em três dias de caminhada. Nesse contexto, a pesquisa tem como objetivo analisar a viabilidade e o papel de uma instância organizadora como mecanismo central de gestão, manutenção e articulação territorial do percurso. Metodologicamente, adotou-se abordagem qualitativa baseada na triangulação de dados provenientes de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e observação de campo. Os dados foram inicialmente tratados por meio de análise de conteúdo e, posteriormente, analisados a partir de indicadores de governança, permitindo uma abordagem estruturada e avaliativa. Os resultados indicam que, embora exista mobilização social e fluxo inicial de peregrinos, a consolidação do Caminho de Manoelina envolve demandas relacionadas à coordenação intermunicipal, estruturação do percurso, articulação institucional e captação de recursos. Nesse sentido, a criação de uma instância organizadora apresenta-se como alternativa viável para a organização e sustentabilidade da rota, contribuindo para a valorização da memória de Manoelina e para o fortalecimento do turismo cultural e religioso na região.

Palavras-chave: Turismo religioso; Rotas de peregrinação; Governança territorial; Instância organizadora; Desenvolvimento local.

ABSTRACT

This study analyzes the structuring process of the Caminho de Manoelina, a historical-religious tourism initiative under development in the municipalities of Entre Rios de Minas, Desterro de Entre Rios, Piedade dos Gerais and Crucilândia, in the state of Minas Gerais, Brazil. Inspired by the memory and popular devotion surrounding Manoelina Maria de Jesus, the route proposes the creation of a pilgrimage path of approximately 75 kilometers, to be completed over three days of walking. In this context, the research aims to analyze the feasibility and the role of an organizing instance as a central mechanism for management, maintenance and territorial articulation of the route. Methodologically, a qualitative approach was adopted, based on data triangulation involving bibliographic research, documentary analysis and field observation. Data were initially treated through content analysis and subsequently examined using governance indicators, allowing for a structured and evaluative approach. The results indicate that, although there is social mobilization and an emerging flow of pilgrims, the consolidation of the Caminho de Manoelina requires improvements in intermunicipal coordination, route structuring, institutional articulation and resource mobilization. In this sense, the establishment of an organizing instance emerges as a viable alternative to support the organization and sustainability of the route, contributing to the valorization of Manoelina's memory and to the strengthening of cultural and religious tourism in the region.

Keywords: Religious tourism; Pilgrimage routes; Territorial governance; Organizing instance; Local development..

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	– Detalhe água que jorra da mão da estátua de Manoelina	24
Figura 2	- Fitinhas de “Santa” Manoelina	24
Figura 3	- Imagem satélite área Casa de Manoelina.....	25
Figura 4	– Manoelina dos Coqueiros	26
Figura 5	– Manoelina, capa Jornal das Moças, RJ, 1931	26
Figura 6	– Manoelina na revista <i>O Cruzeiro</i> , 1931	26
Figura 7	- Manoelina dos Coqueiros em sua casa em Coqueiros, 1931.....	27
Figura 8	- Monumento à memória de Manoelina – Praça Entre Rios de Minas..	29
Figura 9	- Medalha em prata com imagem de Manoelina (frente)	30
Figura 10	- Medalha em prata com imagem dos Coqueiros (verso)	30
Figura 11	- Placas trecho à Casa histórica na Comunidade dos Coqueiros.....	32
Figura 12	- Grupo “Governança de Manoelina”	33
Figura 13	- Grupo Primeira Expedição 2025	34
Figura 14	- Águas de Cachoeira no Caminho de Manoelina.....	35

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	– Características Rotas peregrinas populares e Caminho de Manoelina.....	- 17
Quadro 2	– Estrutura analítica da pesquisa.....	– 22
Quadro 3	– Síntese da estrutura institucional do turismo no Caminho de Manoelina.....	- 42
Quadro 4	– Dimensões Estruturantes da Governança em Rota de Peregrinação.....	– 51
Quadro 5	– Mapeamento de Atores, Papel Atual e Potencial de Governança no Caminho de Manoelina	– 57
Quadro 6	– Indicadores de capacidade administrativa para o Caminho de Manoelina	– 60

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1	TURISMO RELIGIOSO E PEREGRINAÇÃO.....	16
2.2	GOVERNANÇA, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL	18
3	METODOLOGIA.....	21
4	APRESENTAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO.....	23
4.1	DEVOÇÃO POPULAR.....	23
4.2	HISTÓRIA E MANIFESTAÇÕES CULTURAIS	25
4.3	O CAMINHO DE MANOELINA.....	31
5	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	37
5.1	POTENCIAL DE GOVERNANÇA DA ROTA DO C. DE MANOELINA.....	37
5.1.1	Estrutura Institucional e Legal.....	37
5.1.1.1	<i>Políticas Públicas Turismo em Entre Rios de Minas.....</i>	<i>37</i>
5.1.1.2	<i>Políticas Públicas de Turismo em Desterro De Entre Rios.....</i>	<i>38</i>
5.1.1.3	<i>Políticas Públicas de Turismo em Piedade Dos Gerais.....</i>	<i>40</i>
5.1.1.3	<i>Políticas Públicas de Turismo em Crucilândia.....</i>	<i>41</i>
5.1.2	Participação e Inclusão.....	42
5.1.3	Articulação e Coordenação Territorial.....	45
5.1.3.1	<i>Instâncias de Governança Regional do Turismo</i>	<i>45</i>
5.1.3.2	<i>Articulação Institucional com as Arquidioceses.....</i>	<i>47</i>
5.1.4	Capacidade de Planejamento e Execução.....	49
5.2	POTENCIAL INSTITUCIONAL DA INSTÂNCIA ORGANIZADORA DO CAMINHO DE MANOELINA.....	50
5.2.1	Modelos Governança.....	52
5.2.2	Estrutura e Capacidade organizacional.....	54
5.2.3	Atores, Participação e Inclusão.....	56
5.2.4	Articulação de Redes e Parcerias.....	57
5.2.5	Indicadores de Capacidade Administrativa.....	59
5.3	SÍNTESE ANALÍTICA: DESAFIOS E VIABILIDADE DA GESTÃO DO CAMINHO DE MANOELINA.....	60
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	63
	REFERÊNCIAS	64

1 INTRODUÇÃO

Os meios tradicionais de implementação de políticas públicas de turismo em territórios historicamente afastados dos principais fluxos do setor tendem a apresentar baixa capacidade de permanência e consolidação, sobretudo quando baseados exclusivamente na atuação do poder público e em redes de turismo ainda incipientes. Em muitos pequenos municípios, essas atividades resultam em ações pontuais, de curta duração, frequentemente orientadas para ofertas efêmeras de lazer, com reduzido impacto na dinamização econômica local e limitada capacidade de reciclagem de recursos no próprio território.

Nesse contexto torna-se evidente que a estruturação de propostas de turismo capazes de gerar atratividade contínua, identidade territorial e sustentabilidade exige a adoção de novos arranjos de governança, que ultrapassem modelos centralizados e incorporem de forma efetiva a participação da sociedade civil organizada.

O estudo de caso tem como objeto o Caminho de Manoelina, que percorre quatro municípios da Mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte: Entre Rios de Minas, Desterro de Entre Rios (via distrito de São Sebastião do Gil), Piedade dos Gerais e Crucilândia. O elo que conecta esses municípios é a história de Manoelina Maria de Jesus. Em 1930, em Entre Rios (atual Entre Rios de Minas), ela teria realizado “milagres”, atraindo fiéis de diversas regiões do Brasil e até do exterior. Posteriormente, foi-se de Entre Rios por pressão da Igreja e fazendeiros e seguiu para Dom Silvério, antigo distrito de Bonfim (atual município de Crucilândia) – localidade em que ela foi sepultada. Esse percurso ao deixar sua terra natal representa a inspiração do seu Caminho. A devoção popular em torno de suas curas permanece viva e mobiliza significativa participação da comunidade, sendo Manoelina reconhecida, em Entre Rios de Minas, como uma santa popular.

Observa-se que, mesmo antes da formalização de um roteiro estruturado, já existe um fluxo espontâneo de visitantes motivados pela devoção e pela curiosidade em conhecer locais associados à memória de Manoelina Maria de Jesus. Peregrinos, moradores da região e visitantes de municípios vizinhos realizam deslocamentos até a sua antiga casa na comunidade rural de Coqueiros em Entre Rios de Minas e até o túmulo em Crucilândia, especialmente em datas simbólicas ou por motivações de fé.

Ao mesmo tempo, começam a surgir iniciativas ainda incipientes de organização desse percurso, envolvendo moradores, grupos locais e interessados na valorização da memória de Manoelina. Essas mobilizações indicam o potencial de consolidação de um roteiro de turismo religioso na região, ao mesmo tempo em que evidenciam a necessidade de formas mais estruturadas de gestão e articulação territorial.

Diante dessa relevância histórica, cultural e religiosa, evidencia-se a importância de estruturar uma gestão integrada do Caminho, articulando os quatro municípios envolvidos.

Nos últimos anos, diferentes mobilizações comunitárias têm contribuído para fortalecer a memória e a devoção à história de Manoelina na região. Em Entre Rios de Minas, destaca-se a atuação do Movimento de Resgate Histórico de Manoelina, articulado com apoio da Secretaria Municipal de Cultura e de pesquisadores locais, voltado à valorização de sua trajetória e dos lugares vinculados à sua história. Em Crucilândia, por sua vez, observa-se a mobilização de moradores e devotos interessados no reconhecimento religioso de Manoelina, incluindo iniciativas relacionadas à sua possível beatificação. A convergência dessas iniciativas tem estimulado reflexões sobre formas de organização coletiva capazes de estruturar o percurso e articular os diferentes atores envolvidos.

A criação de uma instância organizadora para a gestão do Caminho de Manoelina fundamenta-se, portanto, na compreensão de que a motivação cultural, histórica e espiritual da comunidade local constitui um ativo estratégico para o desenvolvimento territorial. Tal organização pode permitir que diferentes atores - moradores, lideranças religiosas, empreendedores, poder público e apoiadores - atuem de forma articulada, contribuindo para a construção coletiva de diretrizes, prioridades e estratégias de implementação do caminho. A experiência de rotas culturais e caminhos peregrinos no Brasil e no exterior demonstra que iniciativas conduzidas ou co-geridas pela sociedade civil podem apresentar maior capacidade de preservar o sentido simbólico dos percursos, fortalecer vínculos comunitários e assegurar continuidade institucional, independentemente de ciclos políticos.

Além disso, uma instância organizadora institucionalizada com envolvimento da sociedade civil configura-se como instância legítima para dialogar com as políticas

públicas de turismo, cultura e patrimônio, qualificando a inserção do Caminho de Manoelina em programas, editais e redes institucionais, ao mesmo tempo em que preserva sua identidade e propósito. Essa interface favorece a superação de práticas fragmentadas e tende a fortalecer um modelo de desenvolvimento baseado na valorização do patrimônio imaterial, na economia local e no protagonismo comunitário.

Diante desse contexto, o presente estudo busca responder ao seguinte problema de pesquisa: **quais são os desafios e as potencialidades da adoção de uma instância organizadora para a gestão do Caminho de Manoelina?**

Para tanto, define-se como objetivo geral analisar a viabilidade e o papel de uma instância central de gestão, manutenção e articulação territorial do Caminho de Manoelina.

Como objetivos específicos, pretende-se: (1) caracterizar o Caminho de Manoelina enquanto iniciativa de turismo histórico-religioso em processo de implantação; (2) identificar os limites da governança turística institucional nos pequenos municípios atravessados pelo percurso; (3) examinar as funções, atribuições e mecanismos de atuação da proposta de uma instância organizadora do Caminho de Manoelina e (4) avaliar as potencialidades da instância organizadora do Caminho de Manoelina para a gestão, manutenção, preservação histórica e sustentabilidade do Caminho.

Ao articular esses elementos, o estudo pretende contribuir para o debate sobre modelos de gestão compartilhada em rotas de turismo religioso, especialmente em contexto de pequena escala municipal.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 TURISMO RELIGIOSO E PEREGRINAÇÃO

O turismo religioso configura-se como uma das formas mais antigas de deslocamento humano, motivado pela fé, pela espiritualidade e pela busca de sentido existencial (DIAS, 2003). Diferencia-se do turismo convencional por articular dimensões simbólicas, culturais e emocionais, nas quais o deslocamento assume valor ritualístico e transformador. Nesse contexto, a experiência não se restringe ao destino final, mas estende-se ao próprio percurso, que passa a ser compreendido como parte constitutiva da vivência do peregrino.

A peregrinação pode ser compreendida como um deslocamento voluntário, geralmente de longa duração, com forte carga simbólica e espiritual, no qual o caminho é tão significativo quanto o destino (TURNER; TURNER, 1978). As rotas de peregrinação configuram-se como espaços de experiência, encontro e ressignificação do território. Nesse sentido, contribuem para o turismo sustentável ao promover vivências que valorizem e respeitem a natureza, a cultura local e as comunidades residentes, buscando gerar impactos positivos nos âmbitos ambiental, sociocultural e econômico do território.

Destaca-se que o turismo religioso e as rotas de peregrinação possuem caráter híbrido. Segundo Moura (2025), as motivações do peregrino ultrapassam a dimensão estritamente religiosa, incorporando elementos histórico culturais, a ambiência natural do território e aspectos identitários, o que amplia seu potencial enquanto produto turístico.

Nesse contexto, o desenvolvimento de rotas de peregrinação deve estar alinhado aos princípios do turismo sustentável, considerando as dimensões ambiental, sociocultural e econômica (OMT, 2003). A sustentabilidade do setor segue tendências de crescimento percebidas pelo desejo de compra cada vez mais consciente do turista quanto ao uso de acomodações com energia solar, redução de consumo de água, gestão de resíduos e compra de fornecedores locais. É de ressaltar que a pegada de sustentabilidade no turismo gera mais emprego por real investido do que o turismo de massa, uma vez das trocas econômicas com pequenos negócios, serviços locais, guias, artesanato, alimentação regional. (MOURA, 2025)

Rotas de peregrinação favorecem processos como a descentralização do fluxo turístico, a interiorização da atividade, a valorização do patrimônio cultural material e imaterial e o fortalecimento das economias locais (BENI, 2006). Essa compreensão dialoga diretamente com o conceito de rotas turísticas enquanto instrumentos de organização territorial capazes de articular atrativos, serviços e infraestrutura ao longo de um trajeto, promovendo integração regional (BENI, 2006). No caso específico das rotas de peregrinação, essa articulação adquire caráter singular, uma vez que o caminho assume centralidade na experiência turística, funcionando simultaneamente como espaço de deslocamento, reflexão e encontro simbólico.

Rotas como o Caminho de São Tiago de Compostela, reconhecido como Patrimônio Mundial pela UNESCO (1993) e primeiro Itinerário Cultural Europeu pelo Conselho da Europa (1987), e o Caminho da Fé, estruturado desde 2003 com gestão associativa formal, configuram-se como exemplos consolidados de peregrinação e organização territorial do turismo religioso.

Quadro 1 – Características Rotas Peregrinas populares e o Caminho de Manoelina

Elemento/Rota	Caminho de Santiago (EU)	Caminho da Fé	Caminho da Luz	Caminho de Manoelina
Destino	Túmulo do apóstolo São Tiago	Santuário Mariano (Aparecida)	Mosteiro	Túmulo e casa de Devoção popular
Reconhecimento Institucional	Internacional (UNESCO)	Nacional Consolidado	Regional Consolidado	Em estruturação
Origem histórica	Medieval	Contemporânea	Contemporânea	Contemporânea e popular
Estrutura turística	Altamente Estruturada	Estruturada	Estruturada	Em desenvolvimento
Base da devoção	Santo canonizado	Devoção Mariana	Espiritualidade monástica	Santidade popular

Fonte: Próprio autor, 2026

2.2 GOVERNANÇA, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

No âmbito regional, o estabelecimento de roteiros que estimulem a cooperação entre localidades através de temáticas de contexto geográfico, histórico ou sociocultural proporciona o efeito multiplicador da atividade turística (DENG; HU, 2019). Essa perspectiva reforça a compreensão do turismo como estratégia de desenvolvimento local, desde que fundamentado na valorização das identidades e dos valores endógenos, priorizando as demandas e características dos residentes antes de seu posicionamento ante aos visitantes (MTAPURI; GIAMPICCOLI, 2016).

Nessa direção, propostas turísticas que integram aspectos sociais, culturais e ambientais ampliam as possibilidades de construção de modelos mais inclusivos e territorialmente enraizados. Irving (2009) defende a concepção de alternativas criativas e inovadoras de turismo que internalizem a variável local e as identidades envolvidas como elemento central de planejamento. Tal perspectiva sustenta os princípios do turismo de base comunitária, no qual os elementos endógenos constituem o fundamento do desenvolvimento local. Fabrino *et al.* (2016) identificam como pilares desse modelo: o domínio da população local sobre o controle, propriedade e gestão da atividade turística; democratização das oportunidades e repartição dos benefícios; integração econômica por meio de arranjos produtivos locais, o intercâmbio cultural entre visitantes e residentes; e a inserção da comunidade no manejo dos recursos do território. Contudo, embora a literatura enfatize a centralidade da participação comunitária, experiências efetivamente participativas ainda são limitadas. Tosun (2000) aponta que, em muitos contextos, a participação comunitária no desenvolvimento do turismo ocorre de forma limitada, sendo frequentemente restrita a processos consultivos ou simbólicos, o que evidencia fragilidades nos mecanismos de poder de decisão no âmbito local.

Estudos sobre governança no turismo no Brasil indicam que processos participativos muitas vezes apresentam limitações institucionais, especialmente em contextos locais com estruturas administrativas reduzidas, o que pode restringir a efetiva participação dos diferentes atores sociais na tomada de decisões (FRATUCCI, 2014).

No caso específico das rotas de peregrinação, modelos associativos e participativos têm demonstrado maior capacidade de articulação territorial. Experiências como o Caminho da Fé e Circuito Vale Europeu evidenciam que associações sem fins lucrativos podem assumir a gestão da rota, assegurando padronização da sinalização, manutenção do percurso, acolhimento dos peregrinos e articulação institucional. A participação social, nesse contexto, fortalece a legitimidade do projeto e contribui para que o turismo seja instrumento de desenvolvimento local e não imposição externa.

Saldanha (2022) destaca que gestões associativas de rotas peregrinas têm apresentado avanços em gestão estratégica, monitoramento, acesso, comunicação, funcionamento e apoio. Entretanto, a consolidação organizacional dessas associações demanda atenção a desafios recorrentes, como a mediação institucional, a formação e capacitação dos envolvidos, a prevenção da mercantilização da cultura local, a sustentabilidade financeira para além de editais temporários, a mediação de conflitos comunitários e o desenvolvimento de mercado alinhado aos princípios da sustentabilidade (IRVING, 2009).

A literatura também ressalta que a participação ativa da população lindeira à rota é determinante para a manutenção da infraestrutura e a continuidade dos serviços associados (PANKIV; ROIK, 2019). Gomez-Martin (2019), ao analisar trilhas de longo curso na Espanha, enfatiza a necessidade de implantação de facilidades e serviços especializados – desde pontos de apoio até meios de hospedagem e alimentação – bem como a capacitação e certificação dos prestadores. A sinalização padronizada constitui elemento fundamental para a segurança e atratividade do destino, assim como a consolidação de parcerias entre atores locais e a instância coordenadora da rota.

Adicionalmente, Andreyeva et al (2018) indicam que a formalização de mecanismos regionais fortalece a credibilidade institucional, amplia a capacidade de captação de investimentos para conservação ambiental e estimula o uso do território também pela população residente, para práticas como caminhada e ciclismo.

Dessa forma, para que a gestão de rotas turísticas alcance efetividade, torna-se imprescindível a constituição de instrumentos de governança. Governança turística

refere-se aos mecanismos de articulação entre poder público, iniciativa privada e sociedade civil na gestão do turismo (BENI; MOESCH, 2017). A análise comparativa de experiências evidencia distintos arranjos institucionais e seus respectivos limites. O Caminho Religioso da Estrada Real, iniciativa privada com seus 825 km de extensão, enfrenta desafios proporcionais à sua amplitude territorial e à diversidade regional. Por outro lado, o Caminho de São Tiago – MG, estruturado por gestão pública envolvendo três Instâncias de Governança Regional (IGRs), apesar de menor extensão, também apresenta limitações relacionadas à burocracia e à necessidade constante de mobilização interinstitucional.

Segundo Saldanha (2022), a formalização contínua da atuação de entes públicos e civis assegurará, em longo prazo, a definição clara de responsabilidades e a efetividade de tomada de decisões, condição essencial para a consolidação de rotas peregrinas como instrumentos de desenvolvimento territorial sustentável. Na compreensão de apenas uma categoria associativa, especialmente na dualidade entre sociedade civil (incluindo setor privado) ou poder público, mesmo contando com parceiros pontuais de setores complementares, exigirá uma mobilização constante para manutenção de parcerias efetivadas. Por exemplo, o caso de uma instituição gestora na categoria de associação civil necessitar sensibilizar a prefeitura parceira a cada troca de mandato.

3 - METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como de abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, tendo como objetivo analisar a viabilidade e o papel de uma instância organizadora na gestão do Caminho de Manoelina. A investigação foi conduzida por meio da triangulação de diferentes procedimentos metodológicos, envolvendo pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e observação de campo, de modo a possibilitar uma compreensão abrangente do fenômeno estudado.

A pesquisa bibliográfica fundamentou-se em estudos sobre rotas de peregrinação, turismo religioso, planejamento participativo e governança territorial, permitindo a construção do referencial teórico necessário à análise. A pesquisa documental concentrou-se na análise de políticas públicas de turismo dos municípios de Entre Rios de Minas, Desterro de Entre Rios, Piedade dos Gerais e Crucilândia, bem como em documentos institucionais relacionados às Instâncias de Governança Regional do turismo, à organização institucional de rotas de peregrinação e à experiência da Associação dos Amigos do Caminho da Fé. A observação de campo consistiu no acompanhamento de reuniões, peregrinações e atividades promovidas pelo grupo da sociedade civil denominado “Governança de Manoelina”, com registro em diário de campo, possibilitando a apreensão das dinâmicas práticas de articulação e organização do percurso.

Os dados obtidos foram inicialmente tratados por meio de análise de conteúdo, conforme proposta de Bardin (2011), a partir da categorização temática dos materiais coletados. As categorias iniciais de análise compreenderam: (i) limitações da governança pública local; (ii) necessidades de gestão do Caminho de Manoelina; (iii) funções esperadas de uma instância organizadora de rota turística; (iv) potencialidades para organização, manutenção e sustentabilidade; e (v) riscos e desafios para implementação do modelo proposto. Essas categorias orientaram a organização e interpretação preliminar dos dados.

Em etapa posterior, a análise foi aprofundada a partir da incorporação de um conjunto de indicadores de governança, permitindo uma abordagem estruturada e avaliativa do objeto de estudo. Esses indicadores foram organizados em dois eixos principais: (i) potencial de governança da rota, considerando aspectos como estrutura institucional e legal, participação e inclusão, articulação e coordenação territorial; e (ii) potencial institucional da instância organizadora, envolvendo elementos como

estrutura organizacional, capacidade de gestão, articulação de redes e parcerias, e capacidade administrativa.

A partir dessa estrutura analítica, procedeu-se à triangulação dos dados, buscando identificar convergências e divergências entre o referencial teórico, os documentos analisados e a realidade observada em campo. Essa estratégia permitiu não apenas descrever o fenômeno, mas também avaliar as condições existentes para a gestão do Caminho de Manoelina, bem como a viabilidade da proposta de uma instância organizadora como mecanismo de articulação territorial e desenvolvimento da rota.

Quadro 2– Estrutura analítica da pesquisa

Eixo de análise	Indicadores
Governança da rota	Estrutura institucional, articulação, participação
Instância organizadora	Estrutura, gestão, parcerias, capacidade administrativa

Fonte: Próprio autor, 2026

4 - APRESENTAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

Este capítulo fundamenta-se principalmente em registros da cultura popular e em fontes documentais históricas, como reportagens publicadas em jornais e revistas da década de 30, entre eles *A Noite*, *O Cruzeiro* e *Minas Gerais*. Também foi considerada com referência a obra *A Santa dos Coqueiros*, publicada em 1931 por um grupo de devotos, que reúne narrativas e interpretações sobre sua vida e a devoção a Manoelina. Para a contextualização de informações mais recentes, foram consultados outras fontes, como o livro *De Brumado a Entre Rios de Minas*, de Elson Resende, além de matérias de veículos de imprensa regional, como o jornal *Correio de Minas* e o portal de notícias *Entre Rios News*. Complementam o levantamento documental registros audiovisuais, incluindo documentários produzidos pela TV 7, pela Secretaria de Cultura de Entre Rios de Minas e o histórico registro audiovisual *A Santa de Coqueiros* produzido em 1931 por Ramón Garcia.

4.1 - DEVOÇÃO POPULAR

O presente estudo tem o contexto sobre o fenômeno de devoção popular em torno de Manoelina Maria de Jesus, figura reconhecida por diversos fiéis como “Santa” Manoelina, ainda que não haja reconhecimento oficial por parte da Igreja Católica. Sua memória permanece viva na região dos municípios de Entre Rios de Minas e Crucilândia, em Minas Gerais, onde práticas de peregrinação e manifestações de fé continuam a ocorrer.

Na comunidade rural dos Coqueiros, em Entre Rios de Minas, local onde viveu, peregrinos visitam sua antiga residência, atualmente transformada em espaço de memória e devoção. Em Crucilândia, onde se encontra seu túmulo, também são registradas práticas recorrentes de visitação e celebração. Em ambos os locais, observam-se expressões materiais da fé, como fitas com pedidos, registros de agradecimentos por graças alcançadas, retratos, objetos votivos e celebrações religiosas em datas simbólicas, especialmente nas ocasiões de seu nascimento e falecimento. No município de Crucilândia, a data de sua morte foi instituída como feriado local, sendo realizadas celebrações periódicas todo dia 14 do mês.

Outro elemento central da devoção refere-se à água que nasce no sítio onde Manoelina residia, à qual são atribuídas propriedades de cura. Visitantes bebem da

fonte, coletam água em recipientes e realizam orações no local, reforçando a dimensão simbólica e terapêutica associada à sua memória.

A crença em Manoelina não se restringe ao catolicismo, alcançando também espíritas, admiradores e outros grupos religiosos, o que evidencia a amplitude de sua influência desde a década de 1930. A devoção ultrapassa o âmbito extremamente religioso e manifesta-se por meio de diversas expressões culturais e artísticas, como reportagens jornalísticas, produções audiovisuais, livros, documentários, peças teatrais, músicas, pinturas, esculturas, desfiles e outras formas de representação simbólica.

Atualmente, encontra-se em processo de estruturação o Caminho de Manoelina com aproximadamente 75 quilômetros de extensão, a ser percorrido em três dias a pé, conectando os municípios de Entre Rios de Minas, Desterro de Entre Rios (distrito de São Sebastião do Gil), Piedade dos Gerais e Crucilândia. O trajeto contempla áreas naturais e cachoeiras que simbolizam o elemento água, associado à ideia caminho de cura atribuída à jovem negra Manoelina.

Figura 1 – Detalhe água que jorra da mão da estátua de Manoelina



Fonte: Matias, 2025.

Figura 2 – Fitinhas de “Santa” Manoelina



Fonte: Matias, 2025.

Figura 3 – Imagem satélite área Casa de Manoelina



Fonte: Google Maps, 2026

A permanência dessa devoção ao longo do tempo sugere a constituição de uma forma de santidade popular, construída socialmente e transmitida entre gerações. Trata-se de um fenômeno marcado por forte dimensão simbólica, afetiva e comunitária, no qual os atos de fé e reconhecimento são motivados por percepções positivas compartilhadas coletivamente.

4.2 HISTÓRIA E MANIFESTAÇÕES CULTURAIS

Manoelina Maria de Jesus (1911-1960), conhecida popularmente como “Santa dos Coqueiros”, “Santa “ Manoelina dos Coqueiros ou Virgem Manoelina, nasceu em 1911 no povoado dos Coqueiros, zona rural do município de Entre Rios de Minas, em Minas Gerais. Proveniente de uma família humilde e numerosa, composta por 18 irmãos, Manoelina cresceu em um ambiente profundamente marcado pela religiosidade popular católica. Desde jovem demonstrava intensa devoção religiosa, participando de cânticos e práticas de fé presentes na vida comunitária local.

Na década de 1930, Manoelina passou a ganhar notoriedade regional em razão da fama de santidade atribuída a ela pela população. Muitos fiéis acreditavam em sua capacidade de realizar curas espirituais, e milhares de romeiros passaram a procurá-la em busca de bênçãos e da chamada “água benta” que distribuía. Esse fenômeno de devoção popular rapidamente ultrapassou os limites do povoado, atraindo pessoas de diversas localidades.

A intensa procura por suas bênçãos pela água considerada milagrosa levou multidões de fiéis ao povoado dos Coqueiros, em Entre Rios de Minas. Muitos desses devotos se instalavam nas proximidades de sua residência de forma improvisada, em

barracas ou abrigos temporários, transformando o local em espaço de peregrinação espontânea.

Figura 4 – Manoelina dos Coqueiros



Fonte: Gonçalves, 1931

Figura 5 – Manoelina, capa Jornal das Moças, RJ, 1931



Fonte: Acervo Biblioteca Nacional, 1931

Figura 6 – Manoelina na revista O Cruzeiro, 1931



Fonte: Acervo Biblioteca Nacional, 1931

Esse movimento crescente passou a gerar desconforto entre autoridades religiosas e proprietários de terras da região. A Igreja Católica local e setores da elite agrária passaram a exercer pressão para conter a mobilização popular em torno de Manoelina. Nesse contexto, ela deixou sua comunidade de origem, em meio a tensões sociais e religiosas. Em 12 de abril de 1931 mudou-se para Dom Silvério, distrito do município de Bonfim - atual Crucilândia -, e apesar de sair de casa somente aos domingos para ir à missa, muitos devotos a reconheciam e requeriam bençãos e curas. Nesse contexto, alegando desassossego popular, o secretário do interior de Minas Gerais, Gustavo Capanema, ordena uma missão militar que a levou em 12 de junho daquele ano para Belo Horizonte, onde a internaram no Instituto Raul Soares, instituição psiquiátrica da capital mineira. Manoelina fez greve de fome e se recusava a tomar medicamentos, como protesto. O pai denunciou o que aconteceu com a filha no Juizado de Menores e, no dia 16 de junho é divulgada a libertação de Manoelina.

Após esse episódio, retornam a Dom Silvério (atual Crucilândia, Minas Gerais) e procuram refúgio em um local denominado Capão. Localidade que viria a se tornar seu novo lugar de residência e onde permaneceu até o final de sua vida em 14 de março de 1960.

Figura 7 – Manoelina dos Coqueiros em sua casa em Coqueiros, 1931



Fonte: Ramón García, 1931

Mesmo após sua morte, a devoção popular em torno de Manoelina permaneceu viva. Atualmente, movimentos de fé ligados à sua memória persistem principalmente nos municípios de Entre Rios de Minas e Crucilândia. Em 2019, foram instaladas duas estátuas em sua homenagem em Entre Rios de Minas: uma em praça pública e outra em sua antiga morada no povoado dos Coqueiros. Nesta última, a escultura apresenta água saindo de suas mãos, simbolizando a tradição das curas associadas à água distribuída por Manoelina. A placa instalada no local a denomina “Santa pelo povo de Entre Rios de Minas”, mantendo o termo entre aspas para indicar sua origem na devoção popular.

No mesmo ano, também foi realizada a reforma de seu túmulo no cemitério municipal de Crucilândia. O local tornou-se ponto frequente de visita, assim como sua antiga residência em Coqueiros e o memorial dedicado à sua memória na cidade. Peregrinações semestrais são organizadas até sua casa natal, reunindo entre 400 e 700 participantes por evento. Os romeiros deslocam-se de diferentes formas, a pé, de bicicleta, a cavalo, de carro ou ônibus, demonstrando a diversidade de práticas presentes na devoção popular contemporânea.

Em Crucilândia, onde celebrações religiosas em seu nome são frequentes, foi dada entrada ao processo de beatificação vinculado à Arquidiocese de Belo Horizonte, indicando que a figura de Manoelina permanece relevante no âmbito religioso e cultural da região.

A memória de Manoelina dos Coqueiros também se expressa em diferentes manifestações culturais e artísticas ao longo das décadas. Entre elas, destacam-se o filme *A Santa*, lançado em 2024, que retrata sua vida e o impacto de sua história na comunidade; o desfile de moda “Permeios de uma Cura”, apresentado no Festival Mutirão Cultural de Entre Rios de Minas em 2024; a pintura realizada pela artista Dalva Matias em 2022; documentários sobre sua vida e peregrinações em 2021 e 2022 via ações da Secretaria de Cultura de Entre Rios de Minas; a canção *Manoelina Filha da Luz*, composta pelo músico Tuca Boelsuns em 2019; e o hino de Manoelina, de autoria do compositor Daditto Rodrigues, de 2018. Há também registros anteriores, como uma peça teatral encenada em 1999 pela escola Mata dos Pacheco, igualmente escrita por Daditto Rodrigues.

Figura 8 – Monumento à memória de Manoelina – Praça Entre Rios de Minas



Fotografia: Luiz Cruz, 2024

A repercussão de sua história já havia sido registrada desde os anos 1930, como demonstra a crônica publicada em 25 de fevereiro de 1931 no jornal *Minas Gerais*, assinada pelo pseudônimo Antônio Crispim, utilizado pelo escritor Carlos Drummond de Andrade. O texto foi posteriormente republicado na Revista do Arquivo Público Mineiro, em 1984.

(...) Coqueiros é um lugar de bençãos onde um diálogo se estabelece ardente e puro, entre os anjos do céu e uma cafusa da terra (...). A cafusa pede ao anjo que ponha ordem nas coisas do mundo, que retifique a perna dos paralíticos, que sare as feridas e conforte os comerciantes falidos. O anjo diz que vai providenciar e recolhe esses apelos da dor humana. Enquanto isso no morro distribui-se água que jorra da bica, e nessa água, que lava todas as misérias, os homens inquietos e as mulheres torturadas encontram a paz que inutilmente haviam perdido nos santuários, nas ruas e nos cinemas deste mundo. (...) (Carlos Drummond de Andrade, 1931)

A década de 30 concentrou-se menções a ela, por meio reportagens dos principais jornais e revistas de todo país sobre os fenômenos de cura em Coqueiros, as quais inspiraram um grupo de crentes a registrarem os fatos em livro, *A Santa de*

Coqueiros. Além disso, existem registros audiovisuais históricos de 1931, do cinema silencioso brasileiro como o documentário *A Santa dos Coqueiros*, dirigido por Ramón Garcia.

Figura 9 – Medalha em prata com imagem de Manoelina (frente)



Figura 10 – Medalha em prata com imagem dos Coqueiros (verso)



Fonte: Acervo José Gomes Tiradentes, 2024

Em 1956, a “*Santa*” Manoelina dos Coqueiros é citada no livro “Corpo de Baile” no conto “O Recado do Morro” de João Guimarães Rosa:

“...Daqui vou, beijar os pé esquerdo e a mão direita de Santa Manoelina dos Coqueiros.” (Guimarães Rosa, 1956, p.29)

No mesmo ano, houve o lançamento do seu livro mais famoso “Grande Sertão Veredas”, o qual conta um trecho sobre uma moça que fazia curas e que apesar de não citar nome, remete a história de vida de Manoelina:

Como deu em uma moça, no Barreiro Novo, essa desistiu um dia de comer e só bebendo por dia três gotas de água de pia benta, em redor dela começaram milagres. Mas o delegado-regional chegou, trouxe os praças, determinou o desabando do povo, baldearam a moça para o hospício de doidos, na capital, diz-se que lá ela foi cativa de comer, por armagem de sonda. Tinham o direito? Estava certo? Meio modo, acho foi bom. Aquilo não era o que minha crença eu prezava. Porque, num estalo de tempo, já tinham surgido vindo milhares desses, para pedir cura, os doentes condenados: lázaros de lepra, aleijados por horríveis formas, ferimentos, os cegos mais sem gestos,

loucos acorrentados, idiotas, héticos e hidrópicos, de tudo: criaturas que fediam. (Guimarães Rosa, 1956, p.75)

A trajetória de Manoelina Maria de Jesus evidencia a construção de uma figura de santidade associada à religiosidade popular mineira. Sua memória permanece ativa tanto nas práticas devocionais quanto nas expressões culturais e artísticas da região, constituindo um importante elemento de identidade e de patrimônio imaterial para comunidades de Entre Rios de Minas, Crucilândia e localidades vizinhas.

4.3 O CAMINHO DE MANOELINA

O chamado “Caminho de Manoelina” remete ao percurso simbólico inspirado nos acontecimentos que marcaram a saída de Manoelina Maria de Jesus e sua família de sua terra natal, no início da década de 1930. Esse deslocamento forçado tornou-se, ao longo do tempo, um elemento marcante da história de Manoelina na memória coletiva. O percurso simbólico que rememora essa jornada passou a ser interpretado como um caminho de fé, evocando tanto o sofrimento quanto a resistência diante das perseguições enfrentadas. Atualmente, esse itinerário inspira reflexões e práticas de peregrinação que resgatam a dimensão histórica, religiosa e cultural da trajetória de Manoelina dos Coqueiros.

O envolvimento em torno da história de Manoelina retomou forças em 2019, quando emergiu em Entre Rios de Minas um grupo da sociedade civil mobilizado em defesa da memória de Manoelina Maria de Jesus. Esse grupo iniciou encontros periódicos com o objetivo de articular ações voltadas à difusão de sua história e ao resgate de sua trajetória no imaginário local. À medida que as discussões se intensificaram, passaram a ocorrer visitas periódicas à antiga residência de Manoelina, localizada na comunidade rural de Coqueiros, a aproximadamente 20 km do município. Essas visitas concentravam-se especialmente nos meses de março e setembro, datas que marcam, respectivamente, o falecimento e nascimento da personagem, reconhecida por muitos devotos como “Santa”.

Figura 11 – Placas trecho à Casa histórica na Comunidade dos Coqueiros.



Foto: Matias, 2024

Paralelamente a essas iniciativas presenciais, foram desenvolvidas outras estratégias de compartilhamento de informações, como a criação de perfil na rede social e a formação de grupos em aplicativos de mensagem. Essas ações contribuíram para ampliar o alcance da temática e fortalecer o interesse pelo tema, inclusive em municípios vizinhos, com grande potencial de mobilização social.

Nesse contexto, ocorreu uma aproximação com o município de Crucilândia, local onde Manoelina passou a residir após os episódios de perseguição ocorridos em 1931 em Entre Rios de Minas. A partir da percepção da relevância do movimento e do potencial de desenvolver meios mais estruturados de difusão da sua memória, o grupo composto por membros da secretaria de cultura de Entre Rios de Minas e participantes do movimento de resgate histórico de Manoelina, iniciaram, em 2023, a construção de um trajeto de peregrinação denominado inicialmente “Caminho de Santa Manoelina”.

A partir dessas articulações, constitui-se um grupo de trabalho denominado “Governança de Manoelina”, formado por integrantes do movimento de resgate

histórico, representantes da Secretaria de Cultura de Entre Rios de Minas e colaboradores interessados na valorização e memória de Manoelina. Esse grupo passou a atuar como espaço de diálogo e planejamento das primeiras ações voltadas à estruturação do percurso de peregrinação. Entre as iniciativas realizadas destacam-se a instalação de placas de sinalização no trecho inicial entre o município de Entre Rios de Minas e a antiga residência de Manoelina, na comunidade dos Coqueiros, bem como o mapeamento e reconhecimento dos trechos subsequentes do trajeto. Também foram realizadas incursões exploratórias ao longo do percurso proposto, conectando a Casa de Manoelina ao distrito de São Sebastião do Gil, deste ponto até o município de Piedade dos Gerais; e, posteriormente, até Crucilândia, consolidando gradualmente o traçado do caminho.

Figura 12 – Grupo “Governança de Manoelina” em 2024



Fonte: Próprio autor, 2024.

O planejamento do percurso considerou, ainda, a presença de cachoeiras ao longo dos trechos, elementos que contribuem para a atratividade turística e para a valorização da paisagem natural do território. Essa escolha também dialoga simbolicamente com a relevância atribuída à água na trajetória de Manoelina,

frequentemente associada, nas narrativas populares, a práticas de cura e renovação espiritual.

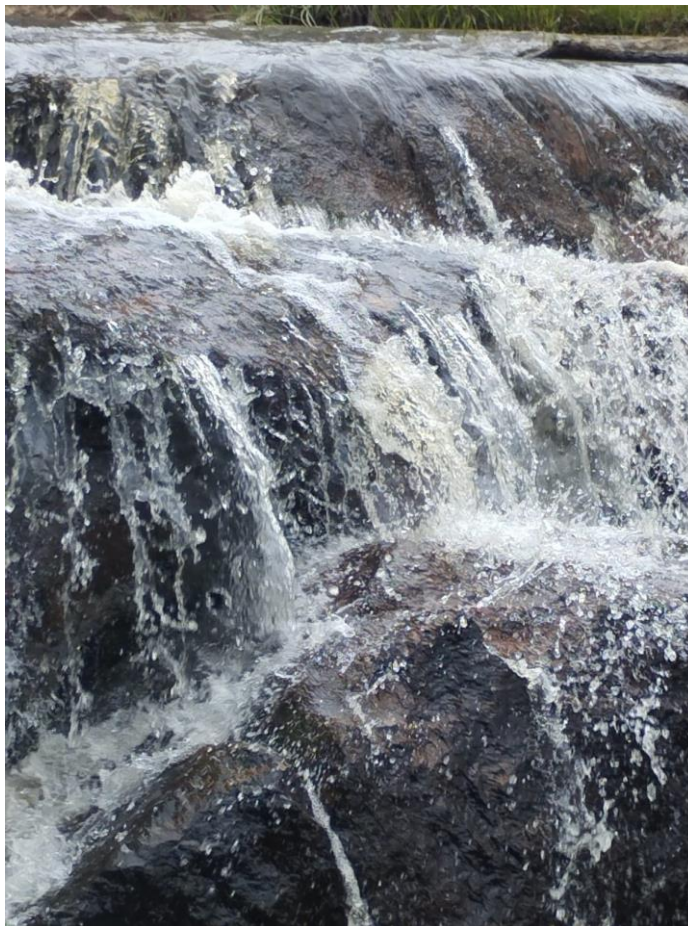
A realização das primeiras peregrinações ao longo do trajeto, organizadas de forma popular e conduzidas pelo grupo da sociedade civil envolvido na construção do caminho, ampliou a aproximação de participantes provenientes de diferentes municípios da região. A primeira expedição completa do Caminho de Manoelina aconteceu no feriado de Corpus Christi de 2025, a iniciativa reuniu 14 peregrinos que percorreram integralmente os aproximadamente 75 quilômetros do trajeto ao longo de três dias de caminhada, conectando os municípios de Entre Rios de Minas, Desterro de Entre Rios (distrito de São Sebastião do Gil), Piedade dos Gerais e Crucilândia. A experiência teve como objetivo vivenciar na prática o percurso proposto, permitindo observar as condições do trajeto, as possibilidades de paradas e a experiência simbólica da caminhada inspirada na trajetória de Manoelina.

Figura 13 – Grupo Primeira expedição 2025



Fonte: Próprio autor, 2024.

Figura 14: Águas de Cachoeira no Caminho de Manoelina



Fonte: Próprio autor, 2024.

Durante o percurso, os participantes realizaram paradas em quatro cachoeiras presentes ao longo da rota, visitaram a antiga residência de Manoelina na comunidade dos Coqueiros e concluíram a peregrinação com visita ao seu túmulo em Crucilândia. A expedição também promoveu momentos de interação com comunidades locais, como a recepção com Folia de Reis no distrito de São Sebastião do Gil e encontros com moradores nas igrejas de Piedade dos Gerais e de Crucilândia. Essas vivências permitiram não apenas testar a viabilidade do percurso, mas também perceber como a caminhada pode proporcionar experiências de espiritualidade, memória e contato com a cultura local.

Esse processo de mobilização também favoreceu o intercâmbio de percepções e debates acerca do significado religioso e simbólico do percurso. Entre os temas discutidos destacou-se a utilização do termo “Santa” na denominação inicial do caminho. Enquanto em Entre Rios de Minas a interpretação popular, reconhece

amplamente essa designação, tal compreensão não se apresenta de forma consensual em outros contextos locais.

Diante desse diálogo e das diferentes percepções existentes, optou-se pela adoção da nomenclatura “Caminho de Manoelina”. A alteração também contribuiu para ampliar o sentido da peregrinação, permitindo que o percurso seja compreendido não apenas como expressão de devoção religiosa, mas também como espaço de memória, narrativa histórica e experiência de espiritualidade para os diversos participantes que venham a percorrê-lo.

5 – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

A análise dos dados foi realizada por meio de categorização temática, considerando a triangulação entre os resultados da pesquisa bibliográfica, da pesquisa documental e das observações de campo realizadas durante o processo de implantação do Caminho de Manoelina.

5.1 POTENCIAL DE GOVERNANÇA DA ROTA DO CAMINHO DE MANOELINA

A região composta por Entre Rios de Minas, Desterro de Entre Rios, Piedade dos Gerais e Crucilândia apresenta características territoriais complementares, marcadas pela proximidade geográfica, identidade cultural compartilhada e presença de atrativos naturais e rurais. Inserido em uma área estratégica do interior mineiro - 110 km de capital -, esse território revela potencial de estruturar uma rota turística integrada, baseada na cultura, bens naturais e espiritualidade. Nesse contexto, o fortalecimento da governança territorial surge como elemento-chave para articular atores públicos, privados e da sociedade civil, promover o planejamento conjunto e consolidar uma proposta turística sustentável. A cooperação intermunicipal pode favorecer a criação de uma identidade regional, ampliar a competitividade do destino e impulsionar o desenvolvimento econômico local por meio do turismo.

5.1.1 Estrutura Institucional e Legal

5.1.1.1 Políticas públicas de turismo em Entre Rios de Minas

A análise permite identificar elementos institucionais relevantes para a compreensão do potencial de desenvolvimento do Caminho de Manoelina. Entre os documentos analisados destacam-se o Plano Municipal de Turismo, o Projeto de Lei do Plano Diretor Participativo e a legislação municipal relacionada à valorização da memória de Manoelina Maria de Jesus.

No Plano Municipal de Turismo do município observa-se a menção à localidade como terra de nascimento de Manoelina Maria de Jesus, figura reconhecida popularmente na região com “Santa Manoelina dos Coqueiros”. O documento também sinaliza a intenção de estruturar um roteiro turístico associado à sua história,

evidenciando o reconhecimento do potencial turístico-cultural da narrativa vinculada a personagem.

Além disso, o plano destaca diretrizes voltadas ao fomento do turismo sustentável e ao fortalecimento da identidade cultural local. Essas diretrizes se alinham a estratégias que buscam valorizar elementos históricos, culturais e naturais do território, favorecendo a construção de produtos turísticos vinculados às tradições.

No âmbito de planejamento territorial, o Projeto de Lei do Plano Diretor Participativo 2024 também apresenta referências à importância simbólica de Manoelina para a identidade cultural do município. O documento a reconhece como um elemento representativo da memória e das tradições da população entreterriana, reforçando a relevância de sua história como patrimônio cultural local. O documento também aponta diretrizes voltadas ao desenvolvimento do turismo associado ao patrimônio cultural e natural, incluindo a necessidade de implementar estratégias de planejamento e marketing territorial. Entre as propostas identificadas destacam-se o fortalecimento do turismo rural, o incentivo a atividades de ecoturismo, e a recuperação de áreas degradadas, iniciativas que dialogam com o potencial de desenvolvimento de rotas de caminhada e peregrinação.

Outro elemento relevante identificado na pesquisa documental refere-se a institucionalização de homenagens à personagem por meio da Lei Municipal nº1.946/2022, que institui uma data comemorativa em homenagem a Manoelina Maria de Jesus. A criação de um marco oficial de celebração contribui para consolidar sua presença no calendário cultural do município e reforça o reconhecimento público de sua importância histórica e simbólica.

No que se refere à estrutura institucional de gestão do turismo, o município dispõe de instrumentos formais de governança como o Conselho Municipal de Turismo e o Fundo Municipal de Turismo. Além disso participa da política estadual de regionalização do turismo e recebe recursos provenientes de ICMS Turismo. Em referência ao ano base de 2024, em 2025, o município recebeu R\$ 219 mil reais, esse recurso pode contribuir para o financiamento de ações voltadas ao desenvolvimento da atividade turística local.

A partir dessa análise observa-se que o município apresenta instrumentos institucionais e diretrizes de planejamento que reconhecem a importância da memória de Manoelina Maria de Jesus e apontam para o potencial desenvolvimento de iniciativas turísticas associadas a sua história. Esses elementos podem representar bases relevantes para a consolidação de projetos como o Caminho de Manoelina, especialmente no que se refere à articulação entre patrimônio cultural, turismo rural e experiências de peregrinação.

5.1.1.2 Políticas públicas de turismo em Desterro de Entre Rios

Foi possível identificar elementos institucionais relevantes para o desenvolvimento de iniciativas turísticas associadas ao território, incluindo aquelas relacionadas ao Caminho de Manoelina. Entre os documentos analisados destacam-se o Plano Municipal de Turismo, a legislação que institui a política municipal de turismo e a Lei Orgânica do Município.

O Plano Municipal de Turismo, instituído pela Lei nº1500/2025, apresenta um conjunto de diretrizes voltadas ao planejamento e à organização do turismo no município. O documento contempla ações relacionadas a diferentes áreas do setor, incluindo a valorização de eventos locais, a proteção do patrimônio cultural e natural e o incentivo ao desenvolvimento de atividades turísticas. No entanto, observa-se que o plano oferece algum destaque às cachoeiras do município, consideradas elementos centrais da atratividade turística local e associadas ao potencial de desenvolvimento do turismo de natureza.

Quanto à política municipal de turismo, a Lei 1384/2022 estabelece diretrizes alinhadas ao sistema de turismo que estabelece Fundo e Conselho de turismo, instrumentos institucionais de gestão que desempenham papel relevante na organização das ações voltadas para o setor.

A Lei Orgânica do município, promulgada em 1990, na seção de turismo, destaca-se a importância de preservação e difusão dos bens naturais do território. Essa perspectiva evidencia uma compreensão do turismo associada à valorização dos

recursos naturais e à promoção de iniciativas que possam gerar benefícios socioeconômicos para a população.

Desterro de Entre Rios dispõe formalmente de um Conselho Municipal de Turismo e Fundo Municipal de Turismo, instrumentos que integram o conjunto de mecanismos de governança da atividade turística em nível local. Entretanto, o município não registrou recebimento de recursos provenientes do ICMS Turismo no ano de 2025, o que pode indicar desafios relacionados à operacionalização de políticas públicas.

A partir da análise dos documentos institucionais, observa-se que o município apresenta bases normativas e instrumentos de gestão voltados ao desenvolvimento do turismo, com destaque para o potencial associado aos recursos naturais, especialmente as cachoeiras. Esses elementos podem contribuir para as iniciativas de turismo de natureza e de caminhada, aspectos que dialogam com propostas de rotas territoriais como o Caminho de Manoelina, especialmente no trecho que envolve o distrito de São Sebastião do Gil.

5.1.1.3 Políticas públicas de turismo em Piedade dos Gerais

O estudo permitiu identificar alguns instrumentos institucionais voltados à organização e desenvolvimento da atividade turística. Durante o levantamento documental, não foi possível obter acesso ao Plano Municipal de Turismo do município, o que limita a análise detalhada das diretrizes do setor. Ainda assim, é evidente a intenção do poder público, por meio das legislações existentes, de estruturar políticas voltadas ao desenvolvimento do turismo.

A Lei nº840/2017, que dispõe sobre as políticas municipais de turismo, destaca o compromisso da administração pública em fomentar o desenvolvimento da atividade turística. A Lei nº 836/2027 dispõe sobre a criação do Fundo Municipal de Turismo e a Lei nº839/2017 institui o Conselho Municipal de Turismo. Mecanismos importantes para a governança local. Já na Lei orgânica de 1990, na seção dedicada ao meio ambiente e turismo, o documento ressalta a importância dos bens naturais do território

e o turismo social, associado à valorização do patrimônio ecológico e histórico cultural do município.

Quanto ao envolvimento nas políticas públicas estaduais de turismo, Piedade dos Gerais registrou o recebimento em 2025 de aproximadamente R\$137 mil por meio desse mecanismo.

Portanto, observa-se que o município apresenta os instrumentos legais e estruturas locais de governança voltadas à organização do turismo, ainda que algumas limitações de acesso à documentação estratégica, como o Plano Municipal de Turismo, restrinjam uma avaliação mais aprofundada das diretrizes de planejamento do setor. Ainda assim, a presença de instâncias como o Conselho Municipal de Turismo, o Fundo Municipal de Turismo e a participação no ICMS Turismo indicam um cenário institucional favorável à articulação de iniciativas relacionadas ao desenvolvimento turístico regional, incluindo projetos territoriais como o Caminho de Manoelina.

5.1.1.4 Políticas públicas de turismo em Crucilândia

A análise evidencia um processo recente de estruturação institucional voltado ao desenvolvimento da atividade turística. Entre os documentos analisados destaca-se a Lei nº 1330/2025, que dispõe sobre a política municipal de turismo e estabelece instrumentos de governança para a organização do setor no município como o Fundo Municipal de Turismo e o Conselho Municipal de Turismo. A Lei Orgânica, de 1990, na subseção de turismo, destaca-se a importância de preservação e valorização dos bens naturais, a valorização do patrimônio ecológico e histórico-cultural.

Apesar dos avanços recentes, o município ainda não dispõe de Plano Municipal de Turismo formalmente instituído, o que indica uma fase inicial de estruturação. Da mesma forma, não foi registrada arrecadação de recursos provenientes do ICMS Turismo no ano de 2025. Ainda assim a valorização da história de Manoelina em Crucilândia se faz presentes na denominação de repartições públicas, como o Centro de Apoio Social Virgem Manoelina – Lei 878/2005 e Centro Unificado de Saúde

Virgem Manoelina – Lei 1306/2024. Já a Lei 1229/2021 fixa dia 14 de março como feriado municipal religioso dedicado a Virgem Manoelina.

Nesse contexto, iniciativas territoriais que valorizam a memória cultural e as paisagens naturais da região, como o Caminho de Manoelina, podem encontrar no município um ambiente institucional em processo de fortalecimento, com potencial para apoiar ações futuras relacionadas ao turismo cultural, de natureza e de peregrinação.

Quadro 3 -Síntese da estrutura institucional do turismo no Caminho de Manoelina

Município	Plano de Turismo	Conselho	Fundo	ICMS Turismo	Lei dia de homenagem à Manoelina	Enfoque das políticas
Entre Rios de Minas	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Cultural
Desterro de Entre Rios	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Cachoeiras / Natural
Piedade dos Gerais	Não acessado	Sim	Sim	Sim	Não	Patrimônio. Natural
Crucilândia	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Em Estruturação

Fonte: Próprio autor, 2026

5.1.2 Participação e Inclusão

Além da pesquisa documental, a investigação também se apoiou na técnica de observação direta, realizada por meio da participação em reuniões, encontros comunitários e visitas a trechos do percurso proposto do Caminho de Manoelina. As observações foram registradas em diário de campo, permitindo sistematizar percepções relacionadas às dinâmicas de articulação entre os diferentes atores envolvidos na construção da rota, bem como aspectos práticos associados à implantação do percurso.

Essa estratégia metodológica possibilitou acompanhar o processo de mobilização social em torno da memória de Manoelina Maria de Jesus e o gradual desenvolvimento de iniciativas voltadas à valorização histórica e cultural associada à sua trajetória. As observações realizadas indicam que o movimento de resgate da memória de Manoelina ganhou maior visibilidade a partir de 2018, quando foi iniciado o movimento denominado Resgate Histórico de Manoelina dos Coqueiros, mobilizando moradores, pesquisadores e interessados na história local. Nesse período também foram promovidas atividades públicas voltadas à difusão dessa memória, incluindo visitas à antiga casa onde viveu Manoelina, na localidade dos Coqueiros, no município de Entre Rios de Minas. Essas visitas foram realizadas com a participação de grupos organizados, que se deslocavam por meio de ônibus e automóveis, e incluíam celebrações religiosas e atividades de resgate histórico.

Em 2019, observou-se a formalização de encontros regulares de um grupo de trabalho que passou a se autodenominar “Governança de Manoelina”. Com apoio da Secretaria de Cultura do município de Entre Rios de Minas, esse grupo passou a atuar como espaço de articulação entre diferentes interessados na valorização da memória de Manoelina e na construção de iniciativas culturais e turísticas relacionadas à sua história. Ainda nesse período, por meio da mobilização desse grupo e do apoio da administração municipal, foram instaladas esculturas em homenagem a Manoelina na praça central da cidade e no quintal da casa onde viveu.

As atividades de visitação à casa de Manoelina continuaram sendo realizadas nos anos seguintes, incluindo novas edições das celebrações e encontros comunitários. A partir de 2022, entretanto, observa-se uma mudança na dinâmica das atividades, com a organização de peregrinações realizadas a pé até a casa localizada na comunidade dos Coqueiros e missa campal. Essas peregrinações passaram a ocorrer especialmente nas datas relacionadas ao nascimento e ao falecimento de Manoelina. Em 2026, esse movimento já alcança sua nona edição.

Também em 2022, o grupo responsável pela articulação das atividades criou o perfil na rede social Instagram denominado @santamanoelina, voltado à divulgação de conteúdos relacionados à história de Manoelina e às atividades relacionadas ao caminho.

No ano de 2023, o grupo estruturou de forma mais clara sua visão estratégica e seus objetivos de atuação. Entre os elementos destacados, encontra-se a intenção de promover a história de Manoelina em âmbito nacional por meio da estruturação de um caminho turístico-cultural regional, associado ao resgate da memória de sua vida e à produção de conteúdos históricos, culturais e audiovisuais.

Entre as estratégias delineadas pelo grupo destacam-se: o fortalecimento da governança do movimento com a participação de representantes dos municípios envolvidos no percurso; a articulação com as arquidioceses relacionadas ao território para diálogo sobre a trajetória religiosa de Manoelina; a proposição de iniciativas legislativas municipais relacionadas à criação de datas comemorativas em homenagem à personagem histórica; a preservação e valorização dos locais de memória associados à sua trajetória; a estruturação do caminho turístico-cultural envolvendo os municípios de Entre Rios de Minas, Desterro de Entre Rios, Piedade dos Gerais e Crucilândia; e a produção de conteúdos culturais voltados à difusão da história de Manoelina em diferentes formatos.

No âmbito das observações de campo, verificou-se que o ano de 2024 representou um momento importante para a consolidação do projeto do caminho, especialmente no que se refere à definição dos trechos que conectam os municípios até Crucilândia. Esse processo contou com apoio logístico de administrações municipais de Entre Rios de Minas e Piedade dos Gerais e envolveu visitas técnicas e reconhecimento do território traçado do caminho.

Em 2025 foi realizada a primeira expedição completa do percurso proposto, conectando Entre Rios de Minas a Crucilândia. O trajeto possui aproximadamente 75 quilômetros de extensão e foi percorrido ao longo de três dias de caminhada. Essa expedição representou um marco importante para a consolidação prática do percurso, permitindo testar condições de deslocamento, pontos de apoio e organização logística da rota.

Outro aspecto observado refere-se às estratégias de mobilização e apoio ao financiamento das atividades realizadas pelo grupo “Governança de Manoelina”. Em diferentes peregrinações foram captados patrocínios junto a empresas locais, além da comercialização de camisetas entre os participantes das caminhadas. Essas

iniciativas têm contribuído para viabilizar a realização dos eventos e fortalecer o sentimento de pertencimento entre os participantes.

As observações realizadas ao longo desse processo indicam um crescimento gradual do número de participantes nas peregrinações e maior engajamento da comunidade local em torno da proposta do Caminho de Manoelina. Esse movimento sugere o surgimento de uma mobilização social que articula memória histórica, religiosidade popular, práticas de caminhada e interesse turístico-cultural, constituindo um contexto relevante para a análise das possibilidades de estruturação da rota como experiência de peregrinação e turismo cultural regional.

5.1.3 Articulação e Coordenação Territorial

Os municípios da região não têm demonstrado individualmente, até o momento, aumento consistente na atratividade turística por meio de projetos estruturados, sendo a visitação predominante concentrada em períodos festivos locais. Nesse cenário, observa-se que a demanda turística é pontual e pouco sustentada ao longo do tempo.

Diante disso, a articulação conjunta entre Entre Rios de Minas, Desterro de Entre Rios, Piedade dos Gerais e Crucilândia apresenta-se como uma oportunidade estratégica ainda inédita no território. A construção de um projeto turístico integrado, à semelhança de outras rotas peregrinas consolidadas, tende a gerar atratividade contínua, diversificar a oferta e fortalecer o turismo de forma mais estável e sustentável, promovendo maior fluxo de visitantes durante o ano.

5.1.3.1 Instâncias de Governança Regional do Turismo

No contexto da política pública de turismo em Minas Gerais, destacam-se o papel das Instâncias de Governança Regional (IGRs), que constituem arranjos institucionais responsáveis por articular municípios em torno do planejamento e da gestão regional do turismo. Essas instâncias atuam como espaços de cooperação entre o poder público contribuindo para a organização territorial da atividade turística e para a implementação das diretrizes da política estadual.

No caso dos municípios envolvidos no Caminho de Manoelina, observa-se que eles estão vinculados a diferentes IGRs, o que evidencia a diversidade de articulações institucionais existentes no território. O município de Entre Rios de Minas integra a IGR Trilha dos Inconfidentes, instância regional que reúne municípios com forte vínculo histórico-cultural associado ao período colonial e aos caminhos históricos de Minas Gerais. Essa IGR busca valorizar o patrimônio cultural, os centros históricos e as tradições locais como elementos estruturantes da atividade turística.

Já os municípios de Desterro de Entre Rios e Piedade dos Gerais estão vinculados à IGR Campo das Vertentes, região turística caracterizada pela diversidade de atrativos naturais, culturais e religiosos. A atuação dessa instância tem buscado integrar diferentes segmentos turísticos, incluindo o turismo cultural, rural e de natureza.

Por sua vez, o município de Crucilândia integra a IGR Trilha dos Bandeirantes, que articula municípios ligados aos antigos caminhos de exploração e ocupação do território mineiro, valorizando especialmente rotas históricas, paisagens naturais e patrimônios culturais associados à formação regional.

Essa distribuição institucional evidencia que os municípios que compõem o território do Caminho de Manoelina estão inseridos em distintos arranjos regionais de governança turística, cada qual orientado por estratégias, prioridades e redes de articulação próprias. A existência de Instâncias de Governança Regional (IGRs) com recortes territoriais específicos pode dificultar a coordenação de políticas e iniciativas integradas, especialmente quando se trata de projetos que extrapolam limites administrativos.

Nesse contexto, iniciativas de base territorial, como rotas de peregrinação, tendem a demandar formas de cooperação intermunicipal mais flexíveis, contínuas e articuladas, o que nem sempre é plenamente viabilizado pelos modelos institucionais vigentes. Como resultado, tais projetos podem enfrentar desafios relacionados a fragmentação da gestão e a descontinuidade das ações.

A experiência da região com o recém-criado Caminho de São Tiago, em Minas Gerais, que atravessa a microrregião do Alto Paraopeba e Campo das Vertentes, ilustra essa problemática, ao apresentar uma estrutura de gestão compartilhada entre

três IGRs – Caminho do Ouro, Villas e Fazendas e Trilha dos Inconfidentes, o que tem sido associado a fragilidade na governança e dificuldades na condução integrada da rota.

Por outro lado, como a articulação realizada no Caminho da Fé, por meio da Associação dos Amigos do Caminho da Fé, apresenta a construção de arranjos colaborativos alternativos. Nesse sentido, podem atuar como espaços de governança compartilhada, capazes de articular interesses diversos, promover o planejamento participativo e fortalecer a identidade territorial vinculada à rota. Enquanto rota de peregrinação, o fortalecimento de mecanismos de governança colaborativa poderá integrar políticas públicas, iniciativas comunitárias e estratégias de promoção turística em escala regional.

5.1.3.2 Articulação institucional com as Arquidioceses

Outro aspecto relevante na análise das articulações institucionais relacionadas ao Caminho de Manoelina refere-se à organização territorial da Igreja Católica nas localidades envolvidas na rota. Considerando que o percurso possui forte relação com elementos de religiosidade popular e memória espiritual vinculada à trajetória de Manoelina Maria de Jesus, torna-se pertinente compreender como as estruturas eclesiais estão distribuídas no território.

Os municípios que compõem o trajeto do Caminho de Manoelina estão vinculados a diferentes arquidioceses da Igreja Católica. O município de Entre Rios de Minas integra a Arquidiocese de Mariana, uma das mais antigas estruturas eclesiais do Brasil, historicamente associada à formação religiosa e cultural de diversas localidades mineiras. Já Desterro de Entre Rios e Piedade dos Gerais pertencem à Arquidiocese de Oliveira, responsável pela organização pastoral de diversas paróquias da região centro-oeste e centro-sul do estado de Minas Gerais. Por sua vez, o município de Crucilândia está vinculado à Arquidiocese de Belo Horizonte, que abrange a capital mineira e municípios do seu entorno. Por meio desta última corre um processo de Beatificação de Manoelina, que é a investigação oficial da Igreja para reconhecer a santidade de uma pessoa.

Essa configuração evidencia que, assim como ocorre no campo das instâncias de governança turística, a dimensão religiosa do território também se organiza a partir de diferentes estruturas institucionais. Dessa forma, eventuais iniciativas de articulação com as paróquias e comunidades religiosas do percurso demandariam diálogo com distintas arquidioceses, o que reforça a complexidade institucional envolvida na construção e gestão de uma rota de peregrinação intermunicipal.

Ao mesmo tempo, é importante considerar que a história de Manoelina Maria de Jesus apresenta elementos marcantes de tensão com as estruturas eclesiais de seu tempo. Relatos históricos apontam que sua trajetória foi marcada por momentos de incompreensão e perseguição por parte dos representantes da Igreja, ainda que ela tenha mantido profunda devoção e perseverança na fé católica ao longo de sua vida. Esse aspecto da narrativa histórica revela a complexidade da religiosidade popular e a maneira como experiências espirituais podem se desenvolver, por vezes, em diálogo e também em conflito com instituições religiosas estabelecidas.

Eu ainda não consegui atinar com a razão por que o cléro, alvoroçado, ataca Manoelina. O fundamento do christianismo é a caridade. E não me parece caritativo escorraçar uma ovelha que tem fé, que bate no peito, que professa a doutrina e que acredita ser uma hostia o caminho mais curto para a bemaventurança. (Benedicto Mergulhão, 1931, p. 40)

Nesse contexto, a escuta e o diálogo com as arquidioceses e paróquias presentes ao longo do território podem representar uma oportunidade de aproximação institucional com a memória religiosa associada à figura de Manoelina. Essa interlocução pode contribuir para a valorização histórica e cultural da rota, bem como para a construção de iniciativas pastorais, culturais ou comunitárias associadas ao percurso.

Entretanto, é igualmente importante considerar que o Caminho de Manoelina, enquanto proposta de rota de peregrinação e experiência de caminhada, pode se constituir como um espaço aberto a diferentes formas de espiritualidade, contemplação e vivência cultural. Assim, embora a tradição católica represente um elemento importante na construção histórica do caminho, sua gestão e organização podem buscar preservar um caráter inclusivo, permitindo que o percurso seja

acessível a pessoas de diferentes crenças, religiões ou mesmo àquelas que se aproximam da experiência da caminhada por motivações culturais, turísticas ou pessoais.

Portanto, o diálogo com as estruturas religiosas pode representar um componente relevante da governança do Caminho de Manoelina, desde que articulado de forma equilibrada com outros atores institucionais e comunitários, preservando o caráter plural e acolhedor do caminho.

5.1.4 Capacidade de Planejamento e Execução

A capacidade de planejamento e execução do Caminho de Manoelina evidencia-se pela atuação orgânica e progressiva do grupo “Governança de Manoelina”, que, mesmo sem uma estrutura formal instituída, composto por 20 pessoas, tem promovido articulações relevantes ao longo do tempo. Por meio da mobilização da sociedade civil – com a realização de peregrinações, ações de divulgação em redes sociais e eventos culturais, como sessão de filmes –, foi possível difundir a história de Manoelina e engajar participantes na construção coletiva do caminho.

A iniciativa privada também contribuiu, especialmente por meio do apoio de empreendimentos localizados ao longo do trajeto e de patrocínios pontuais, como na confecção de matérias para as peregrinações. No âmbito público, destaca-se o diálogo com as prefeituras municipais, que já reconhecem a importância da iniciativa e oferecem suporte, como o transporte de retorno dos peregrinos ao final dos percursos.

Em parceria com a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo de Entre Rios de Minas, o grupo organizou nove peregrinações – média de 150 caminhantes cada edição – no primeiro trecho do caminho até a casa de Manoelina até março de 2026, estruturando de forma colaborativa funções como divulgação, inscrições, logística, ambientação e alimentação. A sinalização do trecho inicial também resultou de esforços conjuntos, assim como a ampliação do trajeto até

Crucilândia, possibilitando, no ano seguinte, a realização da primeira expedição completa.

Atualmente, o grupo segue atuando de forma voluntária na divulgação, manutenção e articulação do Caminho de Manoelina, com perspectiva de institucionalização futura, por meio da possível criação de uma instância organizadora do Caminho de Manoelina, o que poderá fortalecer ainda mais sua capacidade de gestão e sustentabilidade.

Portanto, embora se observe potencial de governança na estruturação da rota do Caminho de Manoelina, este ainda se apresenta de forma fragmentada, fortemente dependente de iniciativas locais e da mobilização voluntária dos atores envolvidos, indicando a necessidade de maior articulação, formalização e integração entre os municípios de Entre Rios de Minas, Desterro de Entre Rios, Piedade dos Gerais e Crucilândia para consolidação de uma governança territorial mais estruturada e sustentável.

5.2 POTENCIAL INSTITUCIONAL DA INSTÂNCIA ORGANIZADORA DO CAMINHO DE MANOELINA

No contexto do planejamento do turismo em rotas de peregrinação, observa-se um forte alinhamento com os princípios estabelecidos pela Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (2015), especialmente no que se refere aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), como Cidades e comunidades sustentáveis, Consumo e produção responsáveis e Trabalho decente e crescimento econômico. Nesse sentido, mobilidades ativas que integram o turismo lento, como a caminhada e o cicloturismo, contribuem para a capilarização da demanda turística no território, promovendo uma distribuição mais equilibrada dos fluxos e favorecendo dinâmicas de desenvolvimento local. A perspectiva do turismo lento reforça essa abordagem ao propor uma desaceleração da experiência turística, na qual a jornada assume papel central. Tal dinâmica amplia as possibilidades de vivência ao longo do percurso, aprofundando a relação com a natureza e estimulando interações mais significativas com a cultura e a população local.

Entretanto, conforme destaca Saldanha (2022), a sustentabilidade e a continuidade de destinos associados ao turismo lento estão diretamente condicionadas a fatores relacionados à governança. Mesmo em contextos com avanços em infraestrutura e promoção, a fragilidade das articulações institucionais pode comprometer a permanência e consolidação dessas iniciativas.

Segundo a literatura de governança, esta pode ser compreendida como um processo de descentralização e compartilhamento de competências e poder decisório, capaz de estabelecer, em determinado território, um “equilíbrio dinâmico entre autonomia, inserção e regulação de múltiplos atores” (KNOPP, 2011, p. 58), constituindo-se como elemento estruturante para o desenvolvimento turístico sustentável.

No âmbito específico das políticas de peregrinação, o quadro 4, conforme adaptado de BID (2015) apud Saldanha (2022), apresenta um sistema de como a análise da governança pode ser estruturada a partir de dimensões operacionais distintas.

Quadro 4 – Dimensões Estruturantes da Governança em Rota de Peregrinação

Aspectos normativos e de regulação Diretrizes e instrumentos institucionais, em abordagem multinível, para ordenar, fomentar e articular a governança das rotas de peregrinação.	Infraestrutura e serviços Estrutura de serviços de apoio ao peregrino, garantindo sinalização, segurança, acolhimento e qualidade da experiência ao longo do percurso.
Gestão, controle e operação Processos de governança colaborativa para planejamento, monitoramento e operação da rota, envolvendo atores públicos, privados e comunidade local.	Participação cidadã Envolvimento ativo da comunidade local na tomada de decisões e gestão da rota, fortalecendo identidade territorial e protagonismo social.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em BID (2015) apud Saldanha (2022).

Essas dimensões orientam a identificação e análise dos elementos institucionais que condicionam a estruturação e o funcionamento de rotas de peregrinação, constituindo uma base analítica para a avaliação do potencial institucional do Caminho de Manoelina.

5.2.1 Modelos Governança

Conforme analisado por Saldanha (2022), é possível identificar diferentes arranjos de governança em rotas de turismo, organizados a partir do tipo de articulação entre os atores envolvidos. Um primeiro modelo refere-se à configuração (i) associação–associação, caracterizada pela cooperação entre duas ou mais entidades associativas ou agrupamentos de atores, com o objetivo de fortalecer as atribuições institucionais e assegurar a continuidade das ações no longo prazo. Exemplos desse arranjo incluem o Caminho da Fé (SP/MG) e o Circuito Vale Europeu (SC).

Outro formato identificado é o modelo (ii) associação–gestora, no qual uma única associação — composta por representantes do poder público, da sociedade civil ou do setor empresarial — assume a condução da gestão da rota. Nesses casos, podem ocorrer articulações pontuais com outros atores, como prefeituras ou empresas de receptivo, sobretudo na execução de atividades operacionais, porém sem que haja uma estrutura de cooperação consolidada. Inserem-se nessa categoria iniciativas como os Caminhos de São Tiago (MG), o Circuito Costa Verde e Mar (SC), o Circuito Cataratas e Montanhas (RS) e a Volta das Transições (MG).

Há ainda o modelo de (iii) empresa gestora, no qual a condução da rota é realizada por uma empresa vinculada à promoção turística local ou regional, sem a formalização de entidades associativas que sustentem uma governança compartilhada. Esse formato pode refletir tanto a opção por uma gestão centralizada quanto um estágio inicial de articulação entre atores, ainda em processo de amadurecimento institucional. São exemplos o Circuito Caminho dos Anjos (MG), o CRER (MG/SP) e a Via Ecológica Serra dos Tapes (RS).

Saldanha (2022) também destaca que arranjos com forte centralização decisória — denominados destinos egocentrados — tendem a apresentar maior vulnerabilidade à descontinuidade, seja por fatores macroeconômicos ou por questões individuais dos gestores responsáveis. Por outro lado, modelos baseados em estruturas associativas formalizadas, sejam de natureza pública ou civil, demonstram maior nível de maturidade institucional. Essa condição amplia a capacidade de mobilização e gestão de recursos humanos e financeiros, tanto para a execução de rotinas quanto para a resposta a desafios e oportunidades. Tal resiliência está

associada à lógica de integração, transparência e legitimidade que caracteriza esses arranjos.

Nesse contexto, o modelo (i) associação–associação tende a apresentar maior robustez em comparação ao modelo de associação gestora, especialmente por possibilitar a divisão de responsabilidades entre diferentes esferas — como poder público e sociedade civil — e por ampliar a rede de parceiros envolvidos. A formalização dessa atuação conjunta favorece, no longo prazo, a efetividade das decisões e a execução de atribuições específicas de cada ente, contribuindo para a consolidação da governança da rota.

Com base no referencial apresentado, o contexto do Caminho de Manoelina caracteriza-se, atualmente, por uma condução centrada na liderança de um grupo da sociedade civil, ainda em processo de articulação e consolidação institucional. Tal configuração evidencia a necessidade de ampliação da rede de parcerias e de maior integração entre os atores envolvidos, especialmente com os municípios que compõem o percurso.

Nesse sentido, a aproximação e o engajamento das administrações municipais, com vistas à constituição de uma instância organizadora formal de governança, tendem a ampliar o potencial de desenvolvimento da rota. A adoção de um arranjo institucional que integre sociedade civil, poder público e, potencialmente, a iniciativa privada, pode fortalecer a capacidade de planejamento, execução e continuidade das ações.

Essa configuração se aproxima de modelos mais estruturados de governança, como observado na rota da peregrinação Caminho da Fé. A análise documental da Associação dos Amigos do Caminho da Fé (AACF) permitiu compreender sua organização e modelo de governança a partir de estatuto e registros institucionais. Inspirado no Caminho de Santiago de Compostela, o Caminho da Fé consolidou-se como uma das principais rotas de peregrinação no Brasil, conectando municípios ao longo de um percurso de até 571 km.

A gestão é realizada pela AACF, entidade privada sem fins lucrativos, responsável pela coordenação institucional, manutenção da trilha e planejamento das atividades. Seu modelo de governança baseia-se na cooperação entre municípios, sociedade civil e atores privados, com adesão formal dos municípios e contribuição financeira para a manutenção da associação.

A estrutura organizacional é composta por Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, garantindo suporte à gestão e à tomada de decisão. Atualmente, a associação reúne 72 municípios e articula uma ampla rede de atores vinculados à rota.

Esse arranjo evidencia um modelo de governança associativo e estruturado, que favorece a continuidade das ações, a integração territorial e a consolidação do Caminho da Fé como referência no contexto brasileiro.

5.2.2 Estrutura e Capacidade Organizacional

A observação de campo e os registros das atividades realizadas pelo grupo denominado “Governança de Manoelina” evidenciam que a implantação do percurso envolve um conjunto de demandas organizacionais que ultrapassam a capacidade operacional de um grupo informal da sociedade civil. Essas demandas abrangem tanto aspectos práticos quanto estruturais, sinalizando a necessidade de maior organização institucional.

No que se refere às capacidades atualmente mobilizadas, destaca-se, em primeiro lugar, a capacidade de mobilização social, expressa no engajamento de atores locais e na articulação de iniciativas coletivas em torno da proposta do Caminho. Observa-se, também, uma capacidade operacional inicial, evidenciada na execução de atividades como definição do trajeto, a organização de eventos e a articulação com pontos de apoio. Soma-se a isso a capacidade de articulação local, ainda que de forma pontual e não institucionalizada; por meio de estabelecimento de conexões com empreendimentos e atores do território.

Adicionalmente, o grupo demonstra capacidade de iniciativa e liderança, ao conduzir de ações que revelam o protagonismo da sociedade civil na criação e no desenvolvimento da rota. Destaca-se ainda a capacidade de construção da proposta territorial, uma vez que o grupo contribui ativamente da concepção do percurso, incorporando elementos culturais, ambientais e identitários do território. Por fim; evidencia-se a capacidade de experimentação e validação prática, na medida que as atividades realizadas permitem testar o percurso e ajustar aspectos da experiência do peregrino de forma empírica.

De modo geral, verifica-se que o grupo apresenta capacidades relevantes no campo da mobilização, da operação inicial e da construção territorial da proposta. No entanto, tais capacidades ainda se concentram em uma lógica informal, fortemente dependente da atuação direta dos envolvidos, o que evidencia a necessidade de avanços em dimensões institucionais, estratégicas e de governança, a fim de assegurar a sustentabilidade da iniciativa no longo prazo.

Avanços no âmbito operacional, destacam-se as demandas de manutenção do trajeto, a implantação e conservação da sinalização, a articulação com pontos de apoio e empreendimentos locais, a organização de eventos de peregrinação, a divulgação do percurso e o monitoramento do fluxo de participantes. Essas ações, embora fundamentais para a experiência do peregrino, exigem continuidade, padronização e divisão de responsabilidades.

Para além dessas atribuições, a consolidação do Caminho de Manoelina demanda a incorporação de capacidades estratégicas e institucionais. Entre elas, destacam-se a estruturação de um modelo de gestão permanente, a formalização de parcerias com instituições públicas e privadas, a captação de recursos por meio de editais e financiamentos, a elaboração de projetos voltados à infraestrutura turística e à preservação dos espaços de memória, bem como o desenvolvimento de estratégias de comunicação que ampliem a visibilidade da rota. Essas iniciativas são essenciais para garantir a continuidade das ações, fortalecer a integração entre os municípios envolvidos e promover a consolidação sustentável do percurso no território.

Nesse sentido, a institucionalização do Caminho de Manoelina apresenta-se como elemento central para o seu reconhecimento e fortalecimento. Experiências consolidadas de rotas de peregrinação demonstram que a existência de estruturas organizacionais formais e articuladas é um fator determinante para sua continuidade.

Portanto, considerando que o Caminho de Manoelina atravessa múltiplos municípios, sua consolidação depende diretamente da cooperação interinstitucional e da construção de arranjos de governança mais estruturados. A partir da triangulação entre referencial teórico, pesquisa documental e observação de campo, identifica-se que a formalização de uma instância organizadora integrando sociedade civil, poder público e iniciativa privada, configura-se como um modelo promissor para ampliar a

capacidade organizacional, fortalecer a governança e garantir a sustentabilidade da iniciativa no longo prazo.

5.2.3 Atores, Participação e Inclusão

A análise do potencial institucional do Caminho de Manoelina evidencia a presença de uma diversidade de atores sociais diretamente ou indiretamente envolvidos em sua construção e consolidação. A identificação e articulação desses atores constituem elementos fundamentais para a estruturação de um modelo de governança participativa, especialmente em iniciativas que atravessam diferentes territórios e dependem da cooperação intermunicipal.

No contexto do Caminho de Manoelina, destacam-se como atores relevantes o poder público municipal, representado pelas prefeituras dos municípios de Entre Rios de Minas, Desterro de Entre Rios, Piedade dos Gerais e Crucilândia; a sociedade civil organizada, com ênfase no grupo denominado “Governança de Manoelina”; as comunidades locais situadas ao longo do percurso; os peregrinos e visitantes; além de empreendedores e prestadores de serviços ligados ao turismo, como meios de hospedagem, alimentação e apoio logístico.

A observação de campo demonstrou que a participação da sociedade civil tem desempenhado papel central no processo de estruturação do caminho, sendo responsável pela mobilização inicial, organização de peregrinações, definição do trajeto e articulação com diferentes atores locais. Esse protagonismo evidencia um modelo emergente de governança de base comunitária, no qual a iniciativa parte do envolvimento direto da população e de grupos locais comprometidos com a valorização da memória e da identidade cultural associadas à figura de Manoelina.

Entretanto, apesar do engajamento observado, verifica-se que a participação ainda ocorre de forma não institucionalizada, sem a existência de mecanismos formais que garantam representatividade, participação nas decisões e inclusão ampliada de outros segmentos sociais. Nesse sentido, a ausência de uma estrutura organizacional definida pode limitar a continuidade das ações, bem como a ampliação do envolvimento de novos atores, especialmente aqueles vinculados à iniciativa privada e a instituições religiosas.

A proposta de criação de uma instância organizadora do Caminho de Manoelina apresenta-se, nesse contexto, como oportunidade para consolidar e ampliar os mecanismos de participação e inclusão. Por meio de uma estrutura formal, torna-se possível estabelecer canais de diálogo entre os diferentes atores, promover a distribuição de responsabilidades, incentivar a participação comunitária e garantir maior transparência nos processos decisórios.

Adicionalmente, a inclusão efetiva dos diversos atores no processo de gestão do caminho pode contribuir para o fortalecimento do sentimento de pertencimento e corresponsabilidade, elementos essenciais para a sustentabilidade de rotas de peregrinação. A articulação entre poder público, sociedade civil, iniciativa privada e instituições religiosas tende a ampliar a capacidade de organização do percurso, diversificar as formas de participação e potencializar os impactos sociais, culturais e econômicos associados à atividade.

Quadro 5 – Mapeamento de Atores, Papel Atual e Potencial de Governança no Caminho de Manoelina

Atores	Papel Atual	Potencial Governança
Sociedade civil	Organização inicial	Coordenação Participativa
Prefeituras	Apoio pontual	Política Pública
Comunidade local	Recepção	Base do turismo
Iniciativa Privada	Apoio indireto	Serviços turísticos

Fonte: Elaborado pelo autor, 2026.

5.2.4 Articulação de Redes e Parcerias

A articulação de redes e parcerias constitui elemento central para a consolidação de rotas de peregrinação que atravessam diferentes territórios, como é

o caso do Caminho de Manoelina. A complexidade inerente a esse tipo de iniciativa demanda a construção de relações cooperativas entre atores públicos, privados e comunitários, de modo a viabilizar a organização, manutenção e promoção do percurso.

No contexto analisado, observa-se que as articulações existentes ainda se encontram em estágio inicial, sendo predominantemente informais e baseadas em relações interpessoais estabelecidas a partir da atuação do grupo “Governança de Manoelina”. Essas conexões têm possibilitado a realização de peregrinações, o apoio logístico pontual e o envolvimento de comunidades locais, especialmente em momentos específicos de mobilização.

Entretanto, a ausência de uma estrutura institucional consolidada limita a ampliação e a continuidade dessas parcerias, dificultando a formalização de acordos, a definição de responsabilidades e a construção de estratégias conjuntas entre os municípios envolvidos. Tal cenário é agravado pela inserção dos municípios em diferentes Instâncias de Governança Regional (IGRs), o que fragmenta ainda mais as possibilidades de articulação territorial integrada.

Além disso, a rota envolve a interação com diferentes instituições religiosas, vinculadas a distintas arquidioceses, o que reforça a necessidade de construção de canais de diálogo que respeitem as especificidades locais e, ao mesmo tempo, permitam o alinhamento de ações em torno de objetivos comuns. A articulação com essas instituições pode contribuir para o fortalecimento simbólico e organizacional do caminho, desde que conduzida de forma equilibrada e inclusiva.

Nesse contexto, a proposta de criação de uma instância organizadora do Caminho de Manoelina apresenta-se como alternativa para estruturar e ampliar as redes de cooperação existentes. Por meio de uma entidade formal, torna-se possível estabelecer parcerias institucionais com prefeituras, empreendedores locais, organizações da sociedade civil, instâncias regionais de turismo e demais atores estratégicos, promovendo maior integração territorial e eficiência na gestão do percurso.

A formalização dessas redes pode contribuir para o desenvolvimento de ações coordenadas, como a padronização da sinalização, a qualificação de serviços turísticos, a captação de recursos e a promoção integrada do destino. Ademais, o fortalecimento das parcerias tende a ampliar a capacidade de inovação e adaptação

do caminho, favorecendo sua consolidação como produto turístico-cultural sustentável.

5.2.5 Indicadores de Capacidade Administrativa

A análise da viabilidade de uma instância organizadora para o Caminho de Manoelina requer a consideração de indicadores relacionados à sua capacidade administrativa, entendida como o conjunto de condições institucionais necessárias para planejar, executar e sustentar ações ao longo do tempo. Esses indicadores permitem avaliar não apenas a estrutura formal da organização, mas também sua aptidão para articular atores, gerir recursos e promover a continuidade das atividades.

Entre os principais aspectos a serem considerados, destaca-se inicialmente a estrutura organizacional, que envolve a definição de instâncias deliberativas e executivas, bem como a distribuição clara de funções e responsabilidades entre seus membros. A existência de um estatuto e de um regimento interno configura elemento fundamental para orientar o funcionamento da entidade, estabelecendo normas de governança, critérios de participação e mecanismos de tomada de decisão.

Outro indicador relevante refere-se à regularidade das atividades institucionais, expressa pela realização periódica de reuniões, assembleias e momentos de planejamento coletivo. A sistematização dessas práticas contribui para a organização interna, o acompanhamento das ações e a manutenção do engajamento dos atores envolvidos.

No que diz respeito ao planejamento e à execução de ações, destaca-se a importância da elaboração de planos de trabalho e cronogramas que orientem as atividades da rota, incluindo a manutenção do percurso, a organização de eventos de peregrinação, a comunicação institucional e a promoção turística. A capacidade de transformar demandas identificadas em projetos estruturados constitui elemento central para a consolidação do caminho.

A gestão financeira também se apresenta como aspecto essencial, abrangendo a captação de recursos, a administração de receitas e despesas e a prestação de contas de forma transparente. A diversificação das fontes de financiamento — incluindo contribuições de associados, parcerias com o setor público, patrocínios e projetos — tende a fortalecer a sustentabilidade econômica da iniciativa.

Além disso, a capacidade de articulação em redes e parcerias configura indicador estratégico, uma vez que a efetividade da gestão do caminho depende da

cooperação entre diferentes atores e instituições. A formalização de parcerias e a participação em redes regionais de turismo podem ampliar o alcance das ações e favorecer o acesso a recursos e oportunidades.

Por fim, destaca-se a importância da transparência e comunicação institucional, por meio da divulgação de informações, ações e resultados junto aos atores envolvidos e ao público em geral. Esse aspecto contribui para o fortalecimento da confiança, da legitimidade e do engajamento em torno da proposta.

Quadro 6 – Indicadores de capacidade administrativa para o Caminho de Manoelina

Indicador	Elementos esperados
Estrutura Organizacional	Estatuto, diretoria, conselho
Funcionamento	Reuniões periódicas, assembleia
Planejamento	Plano de Ação, Cronograma
Execução	Organização de peregrinações, manutenção
Gestão Financeira	Captação de recursos, prestação de contas
Parcerias	Municípios, Iniciativa Privada, IGRs
Comunicação	Redes sociais, divulgação institucional

Fonte: Elaborado pelo autor, 2026.

5.3 SÍNTESE ANALÍTICA: DESAFIOS E VIABILIDADE DA GESTÃO DO CAMINHO DE MANOELINA

A análise do processo de estruturação do Caminho de Manoelina evidencia que a iniciativa se encontra em estágio inicial de consolidação, marcada por significativa

mobilização social e por um fluxo crescente de peregrinos, mas ainda carente de mecanismos institucionais capazes de sustentar sua organização e desenvolvimento ao longo do tempo. A triangulação entre pesquisa bibliográfica, documental e observação de campo permitiu identificar convergências importantes entre teoria e prática, especialmente no que se refere à necessidade de modelos de governança participativa para rotas que atravessam múltiplos territórios.

No que diz respeito às limitações da governança pública local, observa-se que os municípios envolvidos — Entre Rios de Minas, Desterro de Entre Rios, Piedade dos Gerais e Crucilândia — apresentam estruturas institucionais ainda incipientes no campo do turismo e baixa integração intermunicipal. A inserção em diferentes Instâncias de Governança Regional (IGRs) e a ausência de planejamento conjunto reforçam a fragmentação territorial, dificultando a condução articulada de iniciativas como o Caminho de Manoelina.

A partir dessa realidade, evidenciam-se necessidades específicas de gestão do percurso, que incluem a definição e manutenção do trajeto, a padronização da sinalização, a organização de pontos de apoio, a coordenação logística entre municípios, a promoção do destino e o monitoramento do fluxo de peregrinos. Soma-se a essas demandas a necessidade de ações mais estruturadas de gestão, como a captação de recursos, a formalização de parcerias, a elaboração de projetos e o desenvolvimento de estratégias de comunicação e divulgação.

Nesse contexto, a análise das funções esperadas de uma instância organizadora demonstra que uma estrutura dedicada à gestão do caminho poderia assumir papel central na coordenação dessas atividades, promovendo maior integração entre os atores envolvidos. Experiências consolidadas de rotas de peregrinação indicam que entidades organizadoras são capazes de articular interesses diversos, estabelecer padrões operacionais e garantir a continuidade das ações, contribuindo para a consolidação do percurso enquanto produto turístico-cultural.

As potencialidades para a implementação desse modelo são reforçadas pela existência de uma base social ativa, representada pelo grupo “Governança de Manoelina”, pela adesão crescente de participantes nas peregrinações e pelo envolvimento das comunidades locais ao longo do trajeto. A forte dimensão simbólica associada à memória de Manoelina Maria de Jesus, bem como a diversidade de

elementos culturais, naturais e religiosos presentes no percurso, configuram-se como ativos estratégicos para o desenvolvimento da rota.

Por outro lado, a implementação de uma instância organizadora também apresenta desafios e riscos que devem ser considerados. Entre eles, destacam-se a necessidade de garantir a participação efetiva e equilibrada dos diferentes atores, evitar a concentração de decisões, estruturar mecanismos de gestão financeira sustentável, formalizar parcerias institucionais e manter o alinhamento entre os interesses culturais, religiosos e turísticos envolvidos. Adicionalmente, a articulação com instituições religiosas requer sensibilidade, de modo a respeitar a pluralidade de crenças e assegurar que o caminho se mantenha como espaço inclusivo.

Diante desse cenário, conclui-se que a criação de uma instância organizadora apresenta-se como alternativa viável e estratégica para a gestão do Caminho de Manoelina, desde que estruturada com base em princípios de participação, transparência e cooperação interinstitucional. A consolidação desse modelo poderá contribuir não apenas para a organização e sustentabilidade do percurso, mas também para o fortalecimento da identidade territorial, da memória coletiva e das dinâmicas de desenvolvimento local associadas ao turismo religioso na região.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo analisou o processo de estruturação do Caminho de Manoelina, iniciativa de turismo histórico-religioso em desenvolvimento na região dos municípios de Entre Rios de Minas, Desterro de Entre Rios, Piedade dos Gerais e Crucilândia, com o objetivo de avaliar a viabilidade e o papel de uma instância organizadora na gestão, manutenção e articulação territorial do percurso.

Os resultados evidenciam que, embora exista mobilização social consolidada, fluxo inicial de peregrinos e forte valor simbólico associado à memória de Manoelina Maria de Jesus, a governança pública local apresenta limitações estruturais que dificultam a coordenação de uma rota intermunicipal. A fragmentação institucional, a baixa integração entre os municípios e as capacidades administrativas restritas reforçam a necessidade de mecanismos específicos de gestão.

Nesse contexto, verificou-se que o Caminho de Manoelina demanda organização sistemática quanto à manutenção do percurso, sinalização, articulação com atores locais, promoção turística e captação de recursos, aspectos que extrapolam a atuação isolada dos municípios. A análise também demonstrou que experiências semelhantes indicam a relevância de estruturas organizadoras capazes de integrar diferentes atores e assegurar continuidade às ações.

A proposta de criação de uma instância organizadora mostra-se, portanto, viável e pertinente, especialmente diante da existência de uma base social ativa, do engajamento comunitário e do potencial de articulação territorial identificado ao longo da pesquisa. Tal estrutura pode contribuir para a coordenação das atividades do caminho, o fortalecimento das parcerias e a consolidação da rota enquanto iniciativa de turismo cultural e religioso.

REFERÊNCIAS:

A Santa de Coqueiros - Sua vida e seus milagres. Collectanea organizada por um grupo de crentes. Rio de Janeiro, junho de 1931.

AMARO, S.; ANTUNES, A.; HENRIQUES, C. **Religiosity and spirituality in the Camino de Santiago.** Tourism Management Perspectives, 2018.

ANDRADE, Carlos Drummond. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Ano XXXV, 1984, p.80-81.

ANDRYEYEV, N.; NEZDOYMINOV, S.; MARTYNIUK, O. **“Green” infrastructure of the economy of recreational nature use.** Baltic Journal of Economic studies, v.4, n.4, 2018.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2016.

BENI, M.C. **Análise estrutural do turismo.** São Paulo: SENAC, 2006.

BENI; M.C.; MOESCH, M. **A Governança do turismo.** São Paulo: Aleph, 2017.

CÂMARA MUNICIPAL DE CRUCILÂNDIA. **Legislação Municipal.** Crucilândia: Câmara Municipal, 2024. Disponível em: <https://www.camaracrucilandia.mg.gov.br>. Acesso em 3 mar. 2026

CÂMARA MUNICIPAL DE DESTERRO DE ENTRE RIOS. **Legislação Municipal.** Desterro de Entre Rios: Câmara Municipal, 2025. Disponível em: <https://www.desterrodeentrierios.cam.mg.gov.br>. Acesso em 3 mar. 2026

CÂMARA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DE MINAS. **Legislação Municipal.** Entre Rios de Minas: Câmara Municipal, 2023. Disponível em: <https://www.entrieriosdeminas.mg.leg.br>. Acesso em 3 mar. 2026

CÂMARA MUNICIPAL DE PIEDADE DOS GERAIS. **Legislação Municipal.** Piedade dos Gerais: Câmara Municipal, 2024. Disponível em: <https://www.piedadedosgerais.cam.mg.gov.br>. Acesso em 3 mar. 2026

CAMINHO DA LUZ. O caminho do Brasil. Disponível em: <https://www.caminhodaluz.org.br/>. Acesso em 14 mar 2026.

CAMINHOS DE SANTIAGO. In: WIKIPEDIA, a enciclopédia livre. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Caminhos_de_Santiago. Acesso 14 mar. 2026

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Mapa das dioceses e arquidioceses do Brasil.** Brasília: CNBB, 2022. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br>. Acesso em 3 de mar. 2026

CAMARGO, D. A. **Reflexões sobre governança democrática no poder local: a arte de governar compartilhada entre Estado e Sociedade.** In: SEMINÁRIO NACIONAL DEMANDAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA, 12., 2016, Santa Cruz do Sul. Anais [...]. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2016. Disponível em:

<https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/snpp/article/view/14611>. Acesso em 23/03/2026

CRUZ, Luiz Antônio. Manoelina – **A Santa dos Coqueiros**. Tiradentes, 8 de nov. 2024. Disponível em: <https://correiodeminas.com.br/2024/11/16/manoelina-a-santa-dos-coqueiros-2/>. Acesso em: 17 jan 2026.

O CRUZEIRO. **O destino de Manoelina**. Rio de Janeiro, 6 de jun. 1931. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br>. Acesso em 16 jun. 2025.

DENG, T; HU, Y. **Modelling China's outbound tourist flow to the 'Silk Road': A spatial econometric approach**. Tourism Economics. Vol 25(8), 1167-1181, 2019.

DIAS, R. **Turismo Religioso**: Ensaio e reflexões. São Paulo: Atlas, 2003.

DIAS, R. **Turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Atlas, 2003.

FABRINO, N.H.; NASCIMENTO E.P do; COSTA H. A. **Turismo de Base Comunitária: uma reflexão sobre seus conceitos e práticas**. Caderno Virtual de Turismo. Rio de Janeiro, v.16, n.3, p. 172-190, dez. 2016.

FRATUCCI, A. César. **Governança e planejamento territorial do turismo no Brasil**. Rio de Janeiro: EdUFF, 2014.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Transferência do ICMS - critério turismo para municípios de Minas Gerais (Lei Robin Hood)**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2025. Disponível em <https://robin-hood.fjp.mg.gov.br/extratos/anual>. Acesso em: 3 mar. 2026

GARCIA, Ramon. **A Santa dos Coqueiros** - 1931. Disponível: https://www.youtube.com/watch?v=Qhp8_RNgNEU&t=665s

GOOGLE. **Google maps: Entre Rios de Minas – MG**. Disponível em: google.com/maps. Acesso em: 16 jun. 2025.

GOMÉZ-MARTIN, M. B. **Hiking tourism in Spain: Origins, issues and transformations**. Sustainability, v.11, n.13, p-3 1-13, 2019.

HALL, C. M. **A política do turismo: poder, economia e ideologia**. São Paulo: Senac, 2011.

IRVING, M. A. **Reinventando a reflexão sobre o turismo de base comunitária – inovar é possível?** In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I (Org.). Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

IRVING, M. A. **Turismo, ética e sustentabilidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2009

KNEIB, E. C.; PORTUGUAL, L. da S. **Mobilidade urbana sustentável e planejamento do transporte**. Brasília: Ipea, 2017

KNOPP, Glauco. **Governança social, território e desenvolvimento**. Perspectivas em Políticas Públicas, Belo Horizonte, v. 4, n. 8, p. 53-74, 2011.

LIMA, Ivaldo Gonçalves de. **Governança Territorial**. GEOgrafia, Niterói: Universidade Federal Fluminense, v.21, n.46, maio/ago. 2019.

MENEZES, Agostinho. **A Santa dos Coqueiros**. **Jornal das Moças** - Revista Semanal Ilustrada. Rio de Janeiro, 14 de maio de 1931, Ano XVII, Nº 830, páginas sem numeração. Disponível em: https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/111031/per111031_1931_00830.pdf

MERGULHÃO, Benedicto. **O Clero e a Iluminada de Coqueiros**. In: GRUPO DE CRENTES (org.). **A Santa de Coqueiros - Sua vida e seus milagres**. Rio de Janeiro, junho de 1931. p.40-41.

MOURA, Sidnézio. **Rotas de peregrinação assumem carácter híbrido**. Pédcast – No Caminho. Episódio nº182. Spotify, jun. 2025. Disponível em: <https://open.spotify.com/>. Acesso em 17 jan. 2026

MTAPURI, O.; GIAMPICCOLI, A. **Towards a comprehensive model of Community-based tourism development**. South African Geographical Journal, v.98, n.1, p.154-168, 2016.

PANKIV, N. ; ROIK, O. R. **Greenways as a form of sustainable tourism development in Lviv region (on the example of Yavoriv district)**. Journal of Geology, Geography and Geoecology, v.28, n.1, p. 159-172, 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DE MINAS. **Turismo em Entre Rios de Minas**. Entre Rios de Minas. Prefeitura Municipal, 2023. Disponível em: <https://www.entreriosdeminas.mg.gov.br>. Acesso em 3 mar. 2026

OMT – **Organização Mundial de Turismo**. Turismo Sustentável. Madrid, 2003

REDE CATEDRAL DE COMUNICAÇÃO CATÓLICA. **Dia da Virgem Manoelina**. YouTube, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=c3l2TK4g7Q4>. Acesso em 27 de fev. 2026.

RESENDE, Elson Oliveira. **De Bromado a Entre Rios de Minas ...sua arte, ...sua história**. Tiradentes: Mandala Produção, 2022.

ROSA, João Guimarães. **Corpo de Baile**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956. p.29

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão Veredas**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956. p.75

SALDANHA, Luiz Emerson da Cruz. **Análise dos padrões de governança de rotas de cicloturismo no Brasil** – Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE, 2022.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 1996.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2006.

SECRETARIA DE CULTURA ENTRE RIOS MG. **Olhar para o território - Santa Manoelina dos Coqueiros**. YouTube, 2023, Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JSGnOPfIZv4>. Acesso em 27 de fev. 2026.

SECRETARIA DE CULTURA ENTRE RIOS MG. **Olhar para o território - Peregrinação a 'Santa' Manoelina dos Coqueiros**. YouTube, 2023, Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-JY2IEcu7I0> . Acesso em 27 de fev. 2026.

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E TURISMO DE MINAS GERAIS. **Instâncias de Governança Regional do Turismo de Minas Gerais**. Belo Horizonte: SECULT-MG, 2023.

SILVEIRA, E. **Turismo religioso e desenvolvimento local**. 2007.

TOSUN, Cevat. **Limits to community participation in the tourism development process in developing countries**. Tourism Management, v.21, n.6, p.613-633, 2000.

TURNER; V.; TURNER, E. **Image e Pilgrimage in Christian culture**. New York: Columbia University Press, 1978.

VAUCHEZ, A. **A espiritualidade da Idade Média Ocidental**. Lisboa: Estampa, 1987.

YÁZIGI, Eduardo. **A alma do lugar: turismo, planejamento e cotidiano em litorais e montanhas**. São Paulo: Contexto, 2001, 301 p.